

JOICE MENSATO

**“MEU NOME AGORA É ZÉ PEQUENO”: APELIDOS
E POSIÇÕES-SUJEITO**

*LI’L DICE MY ASS, MY NAME IS NOW LI’L ZÉ NOW”: THE NICKNAME
AND SUBJECT-POSITION.*

2012
CAMPINAS

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

JOICE MENSATO

“MEU NOME AGORA É ZÉ PEQUENO”: APELIDOS E POSIÇÕES-SUJEITO

*LI’L DICE MY ASS, MY NAME IS NOW LI’L ZÉ NOW”: THE NICKNAME AND
SUBJECT-POSITION.*

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da
Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas,
para obtenção do Título de Mestre em Linguística
Aplicada

*Master’s dissertation presented to the Institute of
Languages Studies, University of Campinas, to obtain
the master’s degree in Applied Linguistics*

Orientador: Prof^ª Dr^ª Carmen Zink Bolonhini

Professor adviser: Dra Carmen Zink Bolonhini

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA
PELO ALUNO, E ORIENTADA PELA PROFA DRA CARMEN ZINK BOLONHINI

CAMPINAS 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO – CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE
ESTUDOS DA LINGUAGEM - UNICAMP

M528m

Mensato, Joice, 1986-
“Meu nome agora é Zé Pequeno” : apelidos e
posições-sujeito / Joice Mensato. -- Campinas, SP : [s.n.],
2012.

Orientador : Carmen Zink Bolonhini.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Cidade de Deus (filme). 2. Análise de discurso. 3.
Semântica. 4. Enunciação (Linguística). 5. Apelidos. I.
Bolonhini, Carmen Zink, 1957-. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III.
Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Li'l Dice my ass, my name is now Li'l Zé now”: the nickname and subject-position.

Palavras-chave em inglês:

Cidade de Deus (Motion picture)

Discourse analysis

Semantics

Enunciation (Linguistics)

Nicknames

Área de concentração: Língua materna.

Titulação: Mestre em Linguística Aplicada.

Banca examinadora:

Carmen Zink Bolonhini [Orientador]

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

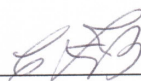
Simone Tiemi Hashiguti

Data da defesa: 02-05-2012.

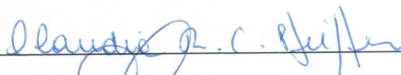
Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

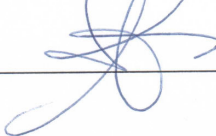
Carmen Zink Bolonhini



Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



Simone Tiemi Hashiguti



Suzy Maria Lagazzi



Vanete Dutra Santana



IEL/UNICAMP
2012

AGRADECIMENTOS

À Carmen Zink Bolonhini pela orientação carinhosa, pela confiança que sempre depositou em mim e por suas leituras e observações sempre pertinentes.

A meus pais pela compreensão, pelo amor e pelo incentivo que sempre me deram

À Cássia, Cristiane, Davi e Flávia que me ajudaram durante as reuniões do grupo de pesquisa.

Às amigas Fernanda, Jully e Kátia que foram decisivas para que esse trabalho chegasse ao fim.

Ao meu noivo Fábio por compreender que eu não poderia estar sempre presente e por me apoiar em tantas madrugadas de escrita.

Aos professores e funcionários do IEL que sempre se dispuseram a me ajudar.

À CAPES pela bolsa de estudos concedida, sem a qual não teria sido possível a realização do Mestrado

Ao facebook por reunir tantos amigos queridos em um mesmo espaço, que me ajudaram tanto com bibliografias, quanto com palavras de apoio.

Sofia jogou a mochila da escola num canto e colocou uma tigela de ração para Sherekan.

Depois, segurando a carta misteriosa, largou o corpo sobre um banquinho da cozinha.

Quem é você?

Se ela soubesse! É claro que ela era Sofia Amundsen, mas quem era esta pessoa? Isto ela
ainda não tinha descoberto direito.

E se tivesse outro nome? Anne Knutsen, por exemplo. Será que só por isso seria também
uma outra pessoa?

De repente lembrou-se de que no começo seu pai queria que ela se chamasse SynnØve
Amundsen. Sofia tentou imaginar-se estendendo a mão e apresentando-se como SynnØve
Amundsen. Não, não dava. Toda vez que pensava nisso imaginava sempre outra pessoa.

(GAARDER, J. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. Trad. João Azenha Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.15)

Resumo

Uma prática comum entre pessoas que frequentam um mesmo espaço (como estudantes, por exemplo) é o ato de atribuir apelidos para os colegas, entretanto esse gesto determina e é determinado pela posição-sujeito assumida por ele no discurso. Esta pesquisa teve como objetivo analisar esse deslocamento que o sujeito sofre ao receber um apelido a partir do enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra” produzido por um dos personagens do filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles. Esta escolha foi determinada primeiramente pelo trabalho que este filme tem com a linguagem, principalmente no que diz respeito a nomes e apelidos. Outro fator determinante para esta escolha foi a relevância, nos cenários nacional e internacional desse filme, bem como a grande circulação do enunciado analisado, de modo que ele se tornou emblemático quando se fala do filme em questão.

Para nortear a análise, nos baseamos no referencial teórico da Análise de Discurso materialista, bem como da Semântica da enunciação, trabalhando, desse modo, com o sujeito que “é atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo imaginário” de modo que ele “só tem acesso a parte do que diz. (...). Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (ORLANDI, 1999:49). A partir disso, vimos que os nomes/apelidos que o sujeito assume durante a sua vida têm uma historicidade e que essa passa a constituir o sujeito nomeado/apelidado. Do mesmo modo, retomamos o trabalho de Hashiguti (2008) sobre corpo de memória para mostrar os sentidos que o corpo faz circular e como ele entra nesse processo de atribuição de apelidos.

Por fim, mostramos o deslocamento que o personagem Dadinho sofre ao trocar o seu apelido para Zé Pequeno, mostrando que o apelido determina e é determinado pela posição-sujeito que o sujeito ocupa no discurso.

Palavras chave: Análise de discurso, Semântica da enunciação, Apelidos, Cidade de Deus.

Abstract

A common practice among people that attend the same place (students, for instance) is the act of attribute nicknames for their mates, however this action determines and is determined by the subject-position which is assumed by it in the discourse. This research's goal was to analyze the displacement that the individual suffers when he receives a nickname from the enunciation "Li'l Dice my ass, my name is now Li'l Zé now" produced by one of the characters from the movie *City of God*, by Fernando Meirelles. This choice was made, first, because of the way this movie deals with the language, mainly considering the names and nicknames. Another important factor for this choice was the relevance, in the national and international scenarios of this movie and because of the big spread of the analyzed enunciation as well, in a way that it became emblematic when people talk about this movie.

To lead the analysis, we were based on the theoretical of the materialist Discourse Analysis and on the Semantics of enunciation as well, working with the individual that "is crossed by the language and by the history, in the imaginary way" and he "only has access to part of what he says. (...). He is subjected to the language and to the history, because to constitute and to produce senses he is affected by them" (ORLANDI, 1999:49). From this, we saw that the names/nicknames assumed by the individual during his life have a historicity and that it starts to constitute the named/nicknamed individual. In the same way, we resumed the project of Hashiguti (2008) about the body of memory to show the senses that the body makes circulate and how it begins this process of nicknames' attribution.

Finally, we showed the displacement suffered by the character Li'l Dice when he changes his nickname to Li'l Zé, showing that the nickname determines and is determined by the subject-position that the individual occupies in the discourse.

Key Words : Discourse analysis, Semantics of Enunciation, Nickname, *City of God*

Sumário

Introdução:	4
O Estudo dos nomes	4
Por que estudar os nomes a partir do filme Cidade de Deus?.....	5
Cada capítulo	6
Capítulo 1 – Dos objetivos da pesquisa	8
Objetivos:.....	8
Perguntas de Pesquisa.....	8
Justificativa	8
Capítulo 2: Referenciais metodológico e teórico.....	13
Metodologia	14
Referencial teórico	19
Capítulo 3: Das condições de produção.....	36
Cidade de Deus: o(s) livro(s)	36
Cidade de Deus: o filme.....	43
A polêmica dos direitos autorais.....	46
Capítulo 4 –Os nomes próprios de pessoa e apelidos	49
Nomes próprios e apelidos.....	49
Os nomes e as posições-sujeito.....	51
Os nomes e o Estado	52
Capítulo 5 – Os nomes em Cidade de Deus.....	55
O que é real e o que é fictício?.....	55
A força do apelido Zé Pequeno e o silenciamento do nome jurídico	57
Capítulo 6 – “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”	60
De menino não se chama mais Dadinho, de menino chama Zé Pequeno.....	60
“Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra”	61
Dadinho/Zé Pequeno na boca do Neguinho: <i>Três repetições, três focos.</i>	66
De Dadinho para Zé Pequeno	70
Capítulo 7 – Considerações Finais.....	73
Desdobramentos possíveis	74
Bibliografia	76
Anexos	83
Anexo 1 – Tabela apelidórica	83
Anexo 2 – Tabela lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito.....	84

Introdução:

O Estudo dos nomes

Discutir a questão da designação, mais especificamente da designação do nome próprio de pessoa (GUIMARÃES, 2002) mostra-se importante em um momento em que se tem discutido muito situações que se caracterizam como *bullying*, ou seja, aquelas marcadas por agressões intencionais, verbais ou físicas, feitas de maneira repetitiva praticadas por grupos de estudantes que buscam intimidar ou agredir outro(s), por motivos banais. Almeida e Ribeiro (2011: 01), citando Fante (2005), classificam a prática de apelidar como um tipo de agressão verbal, tal como “(...) ofender, humilhar, insultar, ameaçar ou tachar pessoas como “inúteis” ou como “não servindo para nada””, em que os autores “agredem as vítimas através de palavras e, principalmente, apelidos”. Desse modo, Almeida e Ribeiro (2011: 01) assumem que não só a agressão física é um tipo de violência, mas também que a atribuição de apelidos “maldosos” e a construção e reprodução de enunciados depreciativos podem causar “sequelas que, muitas vezes, são irreversíveis, tirando a oportunidade de socialização e causando sérios problemas sociais ao indivíduo.”. Apesar de alguns alunos dizerem “na fase inicial do *bullying* [que] “fulano não se importa com o apelido”” as autoras (2011: 04) reforçam que diante disso é preciso uma atitude mais firme de professores e funcionários de modo que não aceitem essa “desculpa padrão”. Entretanto, é preciso observar que nem todo apelido humilha ou coloca o sujeito em uma posição de subjugado, mas que também pode conferir uma posição de poder ao apelidado.

A presente pesquisa pretende mostrar que o apelido não só deprecia, mas que também pode ser determinante para que o sujeito assuma uma posição de poder no discurso e na sociedade. Pretende-se discutir também o nome/apelido como não sendo transparente, mas que possui uma materialidade significativa (Lagazzi s/d: 01) que constitui o sujeito e que determina sua posição no discurso.

Por que estudar os nomes a partir do filme Cidade de Deus?

Tanto o filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, quanto o livro homônimo de Paulo Lins (em suas 2 edições) constituem-se em um material rico para os estudos da designação, visto que trabalham muito com as linguagens verbal e corporal. A primeira apresenta-se por meio da língua usada pelos personagens que foge da norma culta e está recheada de gírias e palavrões que tem diferentes efeitos de sentido dentro e fora da comunidade. É também na linguagem verbal que se observa o constante emprego de apelidos para designar os personagens que têm o nome jurídico apagado. Contudo, a linguagem corporal é indispensável para percebermos as posições de poder ocupadas pelos personagens, bem como as transformações pelas quais eles passam durante a história.

Diante de tal material, primeiro questionei-me em torno dos sentidos que circulavam no Brasil a respeito do filme. Esse questionamento deu origem à pesquisa que culminou na monografia intitulada *Cidade de Deus: livro, filme (diretor), vestibular. Diferentes interpretações, diferentes autorias*. Nessa monografia foi trabalhada a questão da autoria pela perspectiva da análise de discurso materialista, discutindo-se quem seria o autor do filme: o escritor do livro, o diretor do filme ou a crítica – representada por algumas questões cobradas em exames vestibulares. Durante a análise do filme para desenvolver a pesquisa, então em andamento, outras questões foram levantadas, porém uma despertou maior interesse: o processo de nomeação dos personagens no filme. Desse modo, resolvi desenvolver esse tema *a posteriori*, visto que era preciso uma análise de maior fôlego do que uma monografia exigia.

Desse modo, em um segundo momento, concentrei-me em verificar o funcionamento dos apelidos no filme e, mais especificamente, do personagem que começa sendo chamado de Dadinho, mas que no meio do filme recebe um novo apelido, Zé Pequeno, durante uma cerimônia de umbanda. O foco neste personagem se deu tanto pela grande importância dele dentro da trama, quanto pelo peso que o enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!” teve dentro e fora das telas. O enunciado em questão, dentro do filme, faz com que o personagem assuma uma nova posição-sujeito no discurso, fazendo com que ele agora assuma uma posição de poder dentro da comunidade; fora do filme, por sua vez, este enunciado se mostrou

bastante representativo, de modo que muitos daqueles que nunca viram o *Cidade de Deus*, pelo menos conhecem o enunciado.

Partindo deste enunciado e lançando mão das teorias da análise de discurso materialista e da semântica da enunciação analisa-se o funcionamento dos apelidos e sua relação com as posições-sujeito do discurso.

Cada capítulo

Este trabalho está dividido em sete Capítulos que se dividem em subcapítulos necessários para melhor organizar o conteúdo do texto. O primeiro capítulo trata dos objetivos da pesquisa, trazendo não só estes, mas também as perguntas que norteiam as análises, bem como os motivos que tornam esta discussão relevante. No segundo, expomos a metodologia de análise, de modo que primeiro fizemos um breve histórico das metodologias usadas nas ciências, mostrando que não foi uma tarefa simples encontrar metodologias outras que se adaptassem ao caráter não quantitativo das ciências humanas; para, em seguida, vermos como a análise de discurso e o paradigma indiciário proposto por Giovani Morelli se encaixam nessa historicidade. Neste mesmo capítulo, colocamos os referenciais teóricos que norteiam as análises em torno dos nomes e dos apelidos, que são: a análise de discurso materialista e a semântica da enunciação .

No capítulo 3 levantamos as condições de produção do filme *Cidade de Deus* que traz o enunciado principal da análise. Mostramos que o filme foi baseado na primeira edição do livro homônimo de Paulo Lins, que, por sua vez, foi o resultado do trabalho do autor com a antropóloga Alba Zaluar no conjunto habitacional Cidade de Deus no Rio de Janeiro. Mostramos também como a questão do emprego e reprodução do nome próprio de pessoa, incluindo nisso os apelidos, é bastante complexa nestas obras.

No capítulo 4 iniciamos a análise mostrando como a questão do nome próprio de pessoa é importante em nossa sociedade, mostrando como ele pode determinar e ser determinado pelas posições-sujeito que o sujeito ocupa durante a sua vida.

No capítulo 5 começamos a restringir a questão do nome próprio para o filme Cidade de Deus e, mais especificamente ao personagem Zé Pequeno, mostrando que este apelido é tão forte que apagou o nome jurídico.

No Capítulo 6 focamos no enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”, e na cena (repetida três vezes) que o apresenta, mostrando o funcionamento dos palavrões dentro do enunciado e como o corpo significa dentro desta cena.

Por fim, no capítulo 7, trazemos nossas considerações finais, bem como os desdobramentos que a pesquisa possibilita.

Capítulo 1 – Dos objetivos da pesquisa

Objetivos:

Considerando a noção de sujeito do inconsciente e o esquecimento número 1 proposto por Pêcheux (1975)– que dá a impressão ao sujeito de que ele está na origem do dizer e não retomando sentidos pré-existentes – a presente proposta de pesquisa pretende, a partir do filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles:

1 – Analisar a cena em que o personagem Dadinho recebe um novo apelido, ver quais discursos estão ali presentes e discutir os efeitos de sentido que essa mudança produz.

2 – Discutir como o funcionamento do nome próprio de pessoa é importante na constituição do sujeito e das posições- sujeito discursivas ocupadas por ele na sociedade.

Perguntas de Pesquisa

Os objetivos acima mencionados deverão ser atingidos por meio das seguintes perguntas de pesquisa:

1. De que forma a linguagem corporal do personagem Dadinho/Zé Pequeno contribui para que o enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!” produza sentidos?
2. Há uma mudança da posição-sujeito do personagem Dadinho/Zé Pequeno, quando ele muda de apelido? Como o *outro* exterior é determinante para essa troca? Quais as relações de poder envolvidas nesse processo?

Justificativa

O processo de nomeação de pessoas é uma prática social, e como tal, está vinculado a instituições e é materialmente determinado pelas condições históricas

(Guimarães, 2004:14) constitutivas do sujeito. Isso pode ser visto em uma das cenas do filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, na qual o personagem Dadinho, numa cerimônia de umbanda, recebe um novo apelido do Exu: “Tu agora num vai se chamá Dadinho... Tu agora vai ser chamado com o nome que eu quero que tu seja chamado, esse... Tu agora vai se chamá Zé Pequeno. Zé Pequeno pra crescer” (MANTOVANI, 2001:53). Nessa cena, observa-se a presença da instituição religiosa, um Aparelho Ideológico do Estado (ALTHUSSER, 1969), (doravante AIE), o qual permite que o Exu ocupe a posição-sujeito-apelidador e que faz com que Dadinho/Zé Pequeno respeite a sua decisão.

Segundo Althusser (1969:70), os AIE são aqueles que “funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica”. Instituições como a Família, a Igreja e a Escola, por exemplo, funcionam sob a ideologia dominante fazendo com que sujeitos como Dadinho/Zé Pequeno aceitem as palavras de uma entidade religiosa sem questioná-las.

Mas não é apenas nesse processo de nomeação em que o sujeito está submetido a uma ideologia. Antes mesmo de nascer, a ideologia interpela o indivíduo em sujeito que, por sua vez, submete-se à língua significando e significando-se na história (ORLANDI, 1999). Quando uma criança nasce, ela já está inscrita num meio social com práticas e língua(s) próprias. Esse sujeito (criança) será interpelado, pela língua, e seguirá as práticas já estabelecidas no seu grupo social. Essa língua será a sua língua materna. Contudo, uma das formas de submissão à língua pela qual o sujeito passa é durante a escolha do seu nome.

Os pais, responsáveis por declarar o nascimento do filho ao Estado, precisam escolher um nome – composto por prenome e sobrenome – que o acompanhará por toda a sua vida. Essa escolha feita muitas vezes antes mesmo da criança nascer, atribui sentidos a ela. Alguns pais, por exemplo, podem dar à filha o nome de Maria, porque tiveram uma grande amiga chamada dessa forma, entretanto, esse nome também tem sua historicidade religiosa, que não pode ser apagada. Do mesmo modo, alguns pais escolhem os nomes justamente por estarem ligados a determinado credo religioso, como exemplifica Guimarães (2002:37) quando diz que, no Brasil, muitas crianças foram

chamadas de Donizete “num certo momento, por causa de um padre cujo sobrenome era Donizete”. Em seguida, Guimarães (2002:37) diz que a partir desse exemplo vê-se que

Nas nomeações podem-se cruzar regiões diferentes do interdiscurso (posições de sujeito diferentes) [...]. No caso de Donizete cruzam-se duas posições de sujeito, de um lado a jurídico-liberal (aquela da qual se nomeia por obrigação do Estado) e de outro a posição de sujeito religioso.

O mesmo ocorre quando os pais nomeiam os filhos com nomes de figuras de destaque na mídia como esportistas, atores e cantores; outro exemplo é o da projeção do pai sobre o filho quando esse último é nomeado como *Júnior* ou *Filho*. Dessa maneira, quando os pais optam pelo nome do filho, eles têm ilusão de que escolhem um nome transparente, livre de interpretações, entretanto, todos os nomes têm uma historicidade e produzem diferentes efeitos de sentido que nem sempre foram os desejados pelos pais. A partir disso, vê-se que antes mesmo de nascer, a criança está inscrita na língua, uma vez que são produzidos discursos sobre ela; é constituída pelo discurso de um *outro*, que lhe é exterior, e está submetida à ideologia materializada na língua.¹

Contudo, com o passar do tempo, esse sujeito vai sendo (re)significado, ocupando diferentes lugares sociais, afetados por diferentes relações de poder que são constitutivos de seu discurso. Pêcheux (GADET & HAK 1969 : 82) ao falar sobre o esquema proposto por Jakobson, fala dos elementos A e B que, na teoria da informação, transmitiriam uma mensagem, mas que Pêcheux diz não se tratar de uma transmissão de informação, mas “de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os ponto A e B”. A partir disso, Pêcheux (GADET & HAK 1969: 82) fala que A e B designariam “lugares” na estrutura de uma formação social

Lugares dos quais a sociologia pode descrever como o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

¹ É válido ressaltar que antes da criança ser concebida, os pais e familiares já falam com/sobre ela, desse modo é indispensável que ela seja nomeada. Entretanto, esse nome não necessariamente já é o nome que constará no registro de nascimento, mas nomes como “criança”, “bebê” que já permitem que sejam produzidos discursos sobre ela.

Entretanto, a hipótese do autor é de que os lugares sociais ocupados pelos interlocutores estão representados, mas sob efeito imaginário. Desse modo, “se assim ocorrem, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)” . A isso, ele acrescenta que provavelmente “esta correspondência não seja biunívoca” de modo que podemos ter diferentes situações que correspondem a uma mesma posição e uma situação que “pode ser representada como várias posições”.

Desse modo, o sujeito pode ocupar diferentes lugares sociais durante a vida. e tal processo pode vir acompanhado de novas nomeações, os chamados apelidos. Esses são nomes não regulamentados pelo Estado e que podem ter sua origem a partir de diversas formas: de uma derivação do próprio nome (diminutivos, aumentativos etc.); ressaltando alguma característica física (baixinho, gordinho etc.); como metonímia do lugar de origem dessa pessoa (mineiro, baiano, paulistano etc.) dentre outras.

Hashiguti (2008) traz a questão do apelido para o sujeito que significa e é significado pelo corpo japonês, pois o apelido “japa”, por exemplo, reforça o olhar do outro que apelida para o corpo, para o físico, do apelidado, mas que, ao mesmo tempo, retoma o sentido de um pertencimento a uma cultura japonesa da qual não necessariamente o sujeito pensa fazer parte. Apesar desse processo de nomeação por apelidos ser naturalizado em nossa sociedade, ele implica em mudanças na posição-sujeito do sujeito apelidado pois agora, mais do que antes, o seu corpo estará em evidência, visto que não é mais necessária a presença física do sujeito para que ele seja significado, mas apenas a voz de um outro que o designe dessa forma. Ou seja, uma série de pré-construídos sobre o ser japonês já são postos em circulação, mesmo que o sujeito apelidado não se reconheça como tal. Por isso, muitas vezes o sujeito rejeita essa nova nomeação, mas, por esse mesmo motivo, o apelido é repetido pelos sujeitos que o apelidaram e posto em circulação, fazendo com que o sujeito signifique e seja significado naquele grupo por meio do apelido que o descontenta.

Isso é possível, pois, assim como no processo de nomeação, no qual os pais são os responsáveis por escolher e atribuir o nome ao sujeito – visto que ele não pode fazer isso sozinho –, na atribuição de um apelido o processo é semelhante, pois mesmo que tenha sido o sujeito que escolheu esse apelido, é sempre um *outro* exterior o responsável

por colocá-lo em circulação.² Desse modo, esse outro pode impor um apelido³ a um sujeito perante um grupo, mesmo que esse não concorde com os sentidos que circularão em torno dessa nova nomeação, caracterizando essa situação como *bullying*.⁴

Na cena do filme *Cidade de Deus*, na qual Zé Pequeno recebe um novo apelido, atribuído por um *outro*, o Exu das Sete Caldeiras, cabendo a Pequeno apenas fazer com que os demais habitantes da favela o reconheçam por esse novo apelido “Meu nome agora é Zé Pequeno, porra!” (MANTOVANI, 2001 p.67), há uma variante da situação. Não se trata de *bullying*, caracterizado pela apelidação que tem como intuito a humilhação ou depreciação do sujeito, mas sim, trata-se de um gesto realizado pelo Exu que diz que agora o sujeito Dadinho não será mais o mesmo, que ele irá crescer e tornar-se outro. Agora, na posição de Zé Pequeno, o sujeito tem a autoridade e o poder necessários para impor o novo nome aos demais habitantes.

No filme de Fernando Meirelles, vê-se que grande parte dos personagens atende não pelo registro civil, mas sim pelos apelidos (Busca-pé, Marreco, Bené etc.). O uso desses produz um deslocamento da posição-sujeito de “sujeito de direito” (subordinado pelo Estado) (GUIMARÃES, 2002) para a posição-sujeito-criminoso (COSTA, 2008:125). Os personagens do filme são sujeitos criminosos ignorados pelo governo, como pode ser observado na fala de Busca-pé “a filosofia do governo naquela época consistia no seguinte raciocínio: não tem onde pôr? Manda pra Cidade de Deus!” (MANTOVANI, 2001:9). Dessa maneira, eles são identificados como tal e a primeira medida adotada nesse processo identitário é a atribuição de um apelido. Tendo isso em consideração, não se pode descartar a presença de personagens que não têm apelidos: que são conhecidos por seu nome de registro (Berenice, Thiago e Angélica), uma vez

² É possível que um sujeito escolha o próprio nome jurídico. Contudo, esse não é um processo simples, pois deve ser feito na idade adulta, por meio de uma ação jurídica na qual o sujeito deve ter um argumento convincente do porquê de querer trocar de nome.

³ Importante ressaltar que existem outros tipos de apelidos que são usados em situações específicas, como o caso dos codinomes usados para ocultar o nome de alguém durante uma ação específica; os heterônimos criados por autores quando não querem se identificar e, diferentemente do pseudônimo, designa alguém com qualidades e tendências marcadamente diferentes das desse criador; os pseudônimos que são usados quando o autor, por modéstia ou conveniência ocasional, não quer assinar seu próprio nome em uma obra.

⁴ O *bullying*, segundo Almeida & Ribeiro (2011: 13-14) “não é um problema novo, mas apenas recentemente passou a ganhar mais atenção”. Esse conceito que segundo Francisco e Libório (2008: 200), já ganhou diversos sinônimos em português (“maus tratos”, “vitimização”, “agressividade”, “violência entre pares”), mas que não dão conta da amplitude desta terminologia que, segundo Almeida & Ribeiro (2011: 21) consiste em “um tipo de prática perversa, na qual predominam humilhações sistemáticas contra o outro”. A atribuição de apelidos, segundo Almeida & Ribeiro (2011: 26), seria uma forma direta e verbal desse tipo de humilhação “em que os autores agridem as vítimas através de palavras”.

eles fazem parte de outra Formação Discursiva, pois não pertencem à comunidade da Cidade de Deus.

Formação discursiva (FD) é um conceito muito importante para a Análise de Discurso, pois, segundo Orlandi (1999), é a FD quem determina o que pode e deve ser dito pelo sujeito. As formações discursivas são manifestações, no discurso, de determinada formação ideológica, que, por sua vez, é constituída pelas posições sociais e ideológicas. Desse modo, segundo Orlandi (1999), as palavras recebem os sentidos das formações discursivas e esses sempre são determinados ideologicamente.

Pêcheux (1975) afirma que o lugar do sujeito é preenchido por aquilo que o autor designa de *forma-sujeito*, ou sujeito do saber de uma determinada FD. Assim, é pela *forma-sujeito* que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada FD, com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito. Pêcheux (1975: 167) diz também que “a forma sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência””. Partindo disso, é possível dizer que a forma-sujeito assimila/esquece os elementos do interdiscurso criando o efeito de unicidade do sujeito. Desse modo, quando pensamos no sujeito da comunidade da Cidade de Deus, é por meio da forma-sujeito que ele tem acesso, mesmo que de modo inconsciente, ao interdiscurso, onde circulam todos os discursos a cerca dos sujeitos que vivem em favelas, comunidades pobres e daqueles discursos produzidos a respeito de sujeitos considerados criminosos; a partir disso, ele recorta e apreende o que mais lhe interessa dentro destes já-ditos, identificando-se com a FD dos moradores da Cidade de Deus, trazendo os enunciados pertencentes a esses saberes para o intradiscurso, materializando-os no discurso. Então, é possível pensar que o uso de apelidos como efeito de nome próprio, ou seja como ilusão de unicidade (de identificação do sujeito entre outros), faz parte da FD dos moradores da Cidade de Deus que é materializado no discurso dos sujeitos de modo inconsciente.

Capítulo 2: Referenciais metodológico e teórico

Metodologia

Breve histórico

A ciência está contribuindo positiva ou negativamente para a nossa felicidade? Esta questão surge na apresentação do livro *Um discurso sobre as ciências*, de Boaventura de Sousa Santos (1987:09), para explicar que estamos em um período conturbado de transição da ordem científica, razão pela qual devemos voltar a formular perguntas simples como a apresentada, pois, citando Einstein, o autor diz que são perguntas como essa que “só uma criança poderia fazer”, que são capazes de solucionar as nossas inseguranças e hesitações.

Essa pergunta, feita por Santos (*op. cit*), representa a recusa do então “paradigma dominante” que se constituiu a partir da revolução científica do século XVI e se estendeu às ciências sociais no século XIX. Auguste Comte foi, segundo Hughes (1983:27), a primeira voz a defender o método positivista nas ciências sociais dizendo que a sociedade poderia ser estudada a partir da mesma lógica de investigação das ciências naturais, pois propunha que “a explicação dos fenômenos sociais não era, em princípio, diferente da explicação dos acontecimentos naturais”. Sua formulação desencadeou uma rejeição ao metafísico, questionando o seu lugar na investigação filosófica, pois apenas o que pudesse ser vigorosamente analisado e sistematicamente descoberto era significativo.

Esse paradigma, baseado no quantificável, na regularidade dos fenômenos e no conhecimento objetivo, segundo Santos (1987:23), a partir do século XIX já estava em crise, pois foram propostas outras perspectivas de análise para as ciências sociais, as quais viam a necessidade de se ter uma nova metodologia. Essa deveria ser mais específica para o estudo das ciências sociais, visando um método mais qualitativo do que quantitativo, visto que a ação humana é subjetiva e, portanto, diferente dos fenômenos naturais.

A partir daí, Santos (1987: 24) demonstra a crise do paradigma da racionalidade, conduzindo-nos a uma transitoriedade de metodologias. Hughes (1983:74) mostra que o humanismo surge como uma proposta, rejeitando preceitos do positivismo e dizendo que há um contraste entre o estudo das ciências naturais e sociais, uma vez que a

essência da interação social “está nos significados individuais de agentes” e que “toda análise social válida deve remeter de volta a estes”. Contudo, Hughes (1983:70) diz que, apesar de rejeitar a proposta positivista, o humanismo sustenta que tanto a ciência natural quanto a social “podem ser entendidas usando-se métodos baseados nos mesmos princípios ontológicos e epistemológicos”, ou seja, para essa abordagem, as observações feitas podem ainda basear-se em dados científicos e estatísticos.

Santos (1987:30) afirma que, após o século XIX, marcado pela negação do filosófico e pela euforia cientificista,

chegamos a finais do século XX possuídos pelo desejo quase desesperado de complementarmos o conhecimento das coisas com o conhecimento do conhecimento das coisas, isto é, com o conhecimento de nós próprios. (...) A análise das condições sociais, dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da investigação científica, antes acantonada no campo separado e estanque da sociologia da ciência, passou a ocupar papel de relevo na reflexão epistemológica

Metodologia na Linguística Aplicada

Caracterizada como o lugar da transdisciplinaridade (CELANI,1998:133) por fazer coexistirem diferentes disciplinas em um estado de interação dinâmica, a Linguística Aplicada (doravante LA), segundo Fabrício (2006:48), tem focalizado a linguagem como prática social, chamando o pesquisador a repensar o social e o subjetivo a partir de práticas discursivas nas quais nos constituímos.

Esse enfoque social surge em oposição a uma tradição positivista e estruturalista da LA, que se baseava no indivíduo como auto-suficiente e completo em si (RAJAGOPALAN 2006: 157), assim como o falante-ouvinte ideal de Chomsky ao qual não falta nada, sendo mero detalhe a sociedade em que está inserido. Pennycook (1998:24) é contrário a essa tradição a-política e a-histórica, pois afirma que o linguísta aplicado deve “examinar a base ideológica do conhecimento” que produz, uma vez que ele está envolvido na confluência de dois dos aspectos mais políticos da vida: a linguagem e a educação.

Fabrício (2006:48) diz que, por essa razão, já não se pode mais olhar para a linguagem como objeto autônomo, mas sim como constitutiva e constituinte da sociedade e da cultura. A autora diz também que devemos compreender que nossas

práticas discursivas “não são neutras, e envolvem escolhas (intencionais ou não) ideológicas e políticas, atravessadas por relações de poder, que provocam diferentes efeitos no mundo social”. Dessa forma, vemos o modo como o conhecimento da área de LA tem se modificado, tornando inevitável a interface com novas perspectivas teórico-metodológicas. Fabrício (2006:49-51) ressalta que essa nova perspectiva de trabalho não se pretende substituidora dos procedimentos antes empregados, visto que não quer trazer outro regime de certezas, mas sim, citando Moita Lopes (2004), busca o “questionamento ético de todas as práticas sociais, inclusive da própria pesquisa”, a “relevância e responsabilidade sociais dos conhecimentos produzidos” e o fim do ideal da “neutralidade e da objetividade na produção de conhecimento”.

Diante desses questionamentos em torno dos modelos positivistas de produzir conhecimento e da valorização das práticas de uso da linguagem em contextos institucionais múltiplos como escola, família e igreja, alguns pesquisadores, trabalhando na área de LA, passaram a empregar princípios teóricos da Análise de Discurso.

Enquadrando-se nessa perspectiva da LA, este presente trabalho pretende analisar, da perspectiva materialista da Análise de Discurso, como a apelidação é importante na constituição das posições discursivas ocupadas pelo sujeito na sociedade e quais as relações de poder envolvidas nesse processo. Entretanto, a análise aqui presente não está diretamente relacionada a questões escolares, mas possibilita que os leitores observem a aplicação de teorias acadêmicas e as utilizem para pensar em situações outras que ocorrem em sala de aula.

Desse modo, pretendemos que profissionais da educação olhem para este trabalho e não vejam o conceito de indivíduo que pode existir fora da história e da sociedade tendo plena consciência dos discursos que produz, mas sim que trabalhamos com o conceito de sujeito do inconsciente que é afetado pela língua e pela ideologia e que assume posições no discurso de acordo com as Formações Discursivas que lhes são acessíveis.

Para isso, partimos do enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!” produzido no filme Cidade de Deus, de Fernando Meirelles, para ver de que forma os apelidos funcionam em uma comunidade como a Cidade de Deus e como isso interfere na posição-sujeito ocupada pelo sujeito apelidado no discurso.

Metodologia em Análise de Discurso

No início dos anos 60, a Análise de Discurso surge como uma disciplina de entremeio que abrange a linguística, o marxismo e a psicanálise, mas também as interroga por aquilo que lhes falta. Orlandi (1999:16) diz que essa disciplina difere da Linguística porque não vê a língua como estrutura autônoma, mas sim com ela é afetada pela história. Diferentemente da Linguística, a Análise de Discurso não estuda a língua fechada sobre si própria, mas sim compreende “a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 1999:15). Dessa maneira, segundo a autora, a Análise de Discurso trabalha com a língua em movimento, em contato com a exterioridade que lhe é constitutiva. O discurso seria então, segundo Brandão (1999:11) o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos.

A ideologia, segundo Orlandi, é materializada no discurso que por sua vez é materializado na língua e como “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” (ORLANDI, 1999:17). É no discurso que se vê essa relação da língua com a ideologia e como a primeira produz sentidos para/por os sujeitos.

O sentido de uma palavra não existe por si próprio, ele é constituído de acordo com as condições de produção do enunciado. Isso quer dizer que o sentido pode ser outro dependendo de quem fala, para quem fala e quando fala. A contribuição da história para a Análise de Discurso é justamente esse conhecimento exterior à língua e ao modo como ele se inscreve no discurso, o que possibilita ao analista compreender como os sentidos são produzidos no/pelo discurso.

A partir daí, quebra-se a ilusão de que o sujeito é a origem e senhor do seu dizer, pois ele está submetido à língua e à ideologia. Essa ilusão consiste no sujeito acreditar, no ato da enunciação, que está produzindo um enunciado original, quando ele apenas repete discursos já-ditos. Como dito anteriormente, Pêcheux (1975:161-162) chama essa ilusão de esquecimento número 1, “que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”, ou seja, é este esquecimento que dá a impressão ao sujeito de que ele está na origem do dizer e não retomando sentidos pré-existentes. O esquecimento número 2, segundo o autor, é da ordem da enunciação, e é o responsável por dizermos de uma forma e não de

outra, é o esquecimento pelo qual “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase” ou seja, “está no campo daquilo que poderia [ser reformulado] na formação discursiva considerada”.(Pêcheux 1975:161)

Paradigma indiciário

Para encontrar os efeitos de sentido que o uso (ou não) de apelidos pode produzir, devemos procurar traços ou indícios considerados reveladores (GINZBURG, 1989).

O paradigma indiciário, segundo Ginzburg (1989), é um modelo epistemológico utilizado nas ciências humanas e que busca nos detalhes os sinais mais reveladores. Em “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”, o autor mostra como esse paradigma surgiu no final do século XIX no campo das artes, com o método morelliano de análise das pinturas. Giovanni Morelli, historiador da arte, criou este método, que consiste em não focar nas características mais marcantes do pintor, para diferenciar cópias de pinturas das originais, visto que o historiador considerava essas características muito evidentes e, por isso, facilmente imitáveis. Ao contrário, pregava a análise de detalhes aparentemente irrelevantes, que não foram pensados pelo artista, mas criados de modo quase automático – como o formato das orelhas e unhas, por exemplo – para determinar a autoria do quadro.

Esta forma de análise se aproxima da psicologia moderna que diz que “os nossos pequenos gestos inconscientes revelam o nosso caráter mais do que qualquer atitude formal, cuidadosamente preparada por nós” (GINZBURG, 1989:146). Freud, antes da psicanálise, foi leitor de Morelli e sobre isso disse que “pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, ‘baixos’, forneciam a chave para aceder aos produtos mais elevados do espírito humano” (GINZBURG, 1989:149-150).

A proposta teórica da análise de discurso materialista permite que esse modelo epistemológico seja seguido, uma vez que regularidades discursivas podem ser observadas através da análise de detalhes. O sujeito do inconsciente deixa, no discurso, marcas que o localizam em determinado interdiscurso e cabe ao analista encontrá-las.

Referencial teórico

Análise do discurso materialista

No início dos anos 60, a Análise de Discurso (doravante AD) surge como uma disciplina que trabalha no entremeio de teorias que estabelecem relações contraditórias entre si, como a Linguística, as Ciências Sociais e a Psicanálise; (re)definindo as noções de língua, ideologia e sujeito, tal qual o afirma Orlandi (1999).

Na AD, o conceito de língua saussuriano enquanto sistema fechado de signos é deslocado para ser compreendido enquanto “língua no mundo” (ORLANDI, 1999: 16), sujeita a equívocos e onde se materializa o discurso. A língua, para a AD, não é uma estrutura autônoma, mas sim só produz sentido na relação com o sujeito. Do mesmo modo, ela não é concebida como transparente, mas em sua materialidade significativa (ORLANDI, 1999:47). O apagamento dessa opacidade, esse efeito de transparência da língua – em que o sentido aparece como evidente – é fruto da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia (ORLANDI, 1996:48).

A partir daí, quebra-se a ilusão de que o sujeito é a origem e senhor do seu dizer, pois ele está submetido à língua e à ideologia. Essa ilusão consiste no fato de que o sujeito acredita, no ato da enunciação, que está produzindo um enunciado original, mas ele apenas repete discursos já-ditos. Pêcheux (1975) chama essa ilusão de esquecimento número 1, o “esquecimento ideológico”, que dá a impressão ao sujeito de que ele está na origem do dizer e não retomando sentidos pré-existentes. O esquecimento número 2, segundo o autor, é da ordem da enunciação e é o responsável por dizermos de uma forma e não de outra, formando em todo o nosso dizer “famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro”.

O conceito de Materialismo histórico originário das Ciências Sociais é apropriado e deslocado pela AD para trazer a noção da existência material da ideologia e da interpelação do sujeito pela ideologia proposta por Althusser em *Aparelhos Ideológicos do Estado*.⁵ Althusser (1969:92) propõe que a existência da ideologia só se

⁵ Althusser baseia o seu trabalho na concepção do materialismo histórico proposta por Marx e Engels.

dá por meio do e no sujeito, pois é somente pela interpelação, pelo funcionamento nos rituais materiais cotidianos que se dá a transformação dos indivíduos em sujeitos. Para este trabalho que aqui se apresenta, também é importante a noção de Aparelhos Ideológicos do Estado proposta por Althusser (1969:70), pois serão trabalhadas questões que envolvem a instituição escolar que, segundo esse autor, faz parte dos Aparelhos Ideológicos do Estado que “funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica”.

O conceito de sujeito, por sua vez, é emprestado da Psicanálise e passa a ser o de sujeito do inconsciente, que é constituído pela ideologia e afetado pela língua e pela história. O sujeito, de acordo com Pêcheux (1975) também é constituído pela posição que ele ocupa ao enunciar. Essa posição, esse lugar no discurso não lhe é acessível, visto que ele não tem acesso a memória discursiva que o constitui. Um mesmo sujeito pode ocupar diferentes posições discursivas dependendo das circunstâncias da enunciação.

Ao mesmo tempo, Orlandi (1999:50) diz que o sujeito se torna assujeitado, pois é “capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la”. Isso ocorre porque o sujeito é ao mesmo tempo livre para decidir o que diz, mas é submisso à sua relação de sentidos com a exterioridade.

Por fim, a noção de discurso, para a Análise de Discurso, distancia-se do esquema elementar de comunicação de Jakobson, pois não vê essa separação estanque entre emissor, receptor, mensagem e código. O foco está, para a AD, em um único processo de significação. Desse modo, a AD não vê a relação de contato entre sujeitos como um processo apenas de transmissão de informações, mas sim como “efeito de sentidos” entre locutores (ORLANDI, 1999: 21)

Para a AD, o sentido de uma palavra não existe por si próprio, ele não está colado a ela, mas é constituído de acordo com as condições de produção do enunciado. Isso quer dizer que o sentido pode ser outro dependendo de quem fala, para quem fala e quando fala. Segundo Orlandi (1999:30), as condições de produção podem ser divididas em condições de produção em sentido estrito (ato da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-histórico-ideológico). A memória discursiva também se inclui, pois ela

estabelece a relação entre aquilo que já foi dito anteriormente e que afeta o modo como o sujeito significa no ato da enunciação. Um já-dito sempre sustenta a possibilidade do dizer e é fundamental para que possamos compreender o funcionamento do discurso e a sua relação com os sujeitos e a ideologia.

Diante disso, a AD se utiliza de instrumentos como a paráfrase, por exemplo, que permitem explicitar a relação com esse saber “que não se aprende, não se ensina mas que produz seus efeitos”. Orlandi (1999:34), diz que a leitura discursiva

Consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessário. Isso porque (...) só uma parte do dizível é acessível ao sujeito pois mesmo o que ele não diz (e que muitas vezes ele desconhece) significa em suas palavras.

O sujeito

Para a Análise de Discurso, o sujeito, diferentemente da noção psicológica de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo, “é atravessado pela linguagem e pela história, sob o modo imaginário” de modo que ele “só tem acesso a parte do que diz. Ele é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (ORLANDI, 1999:49). Para Orlandi (1999:39) também é importante ressaltar o lugar do qual o sujeito fala, pois, segundo ela,

o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. (...) Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que fazem valer na ‘comunicação’. A fala do professor vale (significa) mais do que a do aluno

A autora acrescenta que o que funciona no discurso não são os sujeitos físicos ou os seus lugares empíricos, mas as suas “imagens que resultam em projeções”. Tais projeções, por sua vez, que permitiriam “passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”. Diferenciando, assim, lugar e posição.

Orlandi (1999:40) coloca o mecanismo imaginário como uma das implicaturas das condições de produção, dizendo que este “produz imagens dos sujeitos, assim como

do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica”. Desse modo, temos a imagem da “posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?), mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?) e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?)”. Assim, as diferentes posições sujeito são constituídas pelas imagens em uma relação discursiva.

Orlandi (1999:49) cita como exemplo a posição sujeito mãe que “quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala ‘Isso são horas?’ ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam. (...) Podemos até dizer que não é a mãe falando, é a sua posição. Ela está aí sendo dita. E isso a significa.”. Diante disso, a autora mostra também que os sujeitos são intercambiáveis, uma vez que essa mesma mulher, pode em outro ato enunciativo ocupar outras posições.

No caso do filme *Cidade de Deus*, a entidade Exu⁶ manifestada em um sujeito religioso assume a posição-sujeito-apelidador, falando do lugar daquele que tem o direito e o poder no discurso, que permite que ele dê outro apelido para Dadinho que, no lugar de sujeito a ser apelidado aceita a alcunha de Zé Pequeno. Nesta cena, Zé Pequeno não só aceita o seu novo nome, como obriga, agora ocupando o lugar de detentor do poder no discurso, todos a sua volta a lhe chamarem dessa forma como pode ser visto no enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”. Tal enunciado, que é o elemento norteador dessa pesquisa, mostra a necessidade de Zé Pequeno de um *outro* exterior para se constituir. Sem esse *outro*, o nome não faz sentido, pois é ele que faz com que a posição-sujeito do personagem seja deslocada.

Nomeação, sentido e referência: um percurso histórico.

⁶ Exu é uma entidade da Umbanda, religião criada, segundo Brown (1985:09-12), no Rio de Janeiro na década de 1920, baseada no sincretismo do kardecismo com tradições afro-brasileiras. Sobre tal entidade, circulam diversos discursos de modo que uns dizem, segundo Trindade (1979:97 -108), que o Exu seria um ajudante de Lúcifer – o anjo que, segundo o catolicismo, teria sido expulso do céu por Deus e ido reinar no inferno – enquanto outros ora o vêem como o próprio diabo ou como espíritos de pessoas que morreram “prostitutas, alcoólatras, vagabundos etc (...) é uma entidade muito inteligente, faz trabalhos para o bem e para o mau” (Trindade, 1979: 99). No filme, o Exu responsável por atribuir um apelido para Dadinho/Zé Pequeno é um dos Exus do mal “Invocados em trabalhos para mortes trágicas e repentinas como: Assassinatos, suicídios, acidentes de carros, ou para destruir e amarrar a vida financeira de muitas pessoas, fazendo com que elas não prosperem ou percam tudo o que tem.” (Hierarquia dos Exus 2011)

Para discutir a questão da nomeação é necessário fazer um panorama histórico das teorias e teóricos que já discutiram sobre o tema.. Tomamos como ponto de partida os estudos do lógico Gottlob Frege que apesar de excluir de seus estudos tudo o que não faz parte do domínio da lógica, inclusive deixa de fora a questão da subjetividade, seus estudos se tornam relevantes para o estudo da linguística após a discussão saussureana – que será abordada em seguida – da língua enquanto sistema. Desse modo, por mais que a pesquisa de Frege só tenha se tornado relevante para o estudo da linguagem após a discussão saussureana e o advento da linguística enquanto ciência, optamos, nesse trabalho, por trazê-lo primeiro por uma questão cronológica.

Gottlob Frege toma o nome próprio como a união de uma referência (objeto por ele designado) e um sentido (maneira pela qual esse objeto é apresentado). Para melhor compreender essa diferenciação, Frege (1978:63) traz o seguinte exemplo

No caso de um nome próprio genuíno como “Aristóteles”, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isto associará outro sentido à sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno, que nasceu em Estagira. Enquanto a referência permanecer a mesma, tais variações de sentido podem ser toleradas, ainda que elas devam ser evitadas na estrutura teórica de uma ciência demonstrativa, e não devem ter lugar numa linguagem perfeita.

Desse modo, a referência seria o objeto nomeado Aristóteles, que existe. O efeito de sentido que esse nome produz, no entanto, é variável, seria tudo o que se diz a respeito dele. Para Frege (1978:62), não apenas o sentido é variável, mas “a designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais”, e tais designações, para ele, seriam os nomes próprios. Desse modo, para Frege, seriam nomes próprios “Zé Pequeno”, “Dadinho”, “O Irmão de Israel”, “o maior traficante da Cidade de Deus”, desde que se refiram ao mesmo objeto. Entretanto, para o autor, nem sempre o sentido garante uma referência, pois

As palavras “corpo celeste mais distante da Terra” têm um sentido, mas é muito duvidoso que também tenham uma referência. A expressão “a série que converge menos rapidamente” tem um sentido, mas provavelmente não tem uma referência, já que para cada série convergente dada, uma outra série que converge menos rapidamente pode ser encontrada (Frege, 1978, p. 63)

Assim, é possível entender que as palavras “corpo celeste mais distante da Terra” remetem a algo difícil de provar a existência e, por isso, não teriam uma referência exata, contudo, elas trazem um sentido determinado.

Além do sentido e da referência de um sinal, Frege (1978:63) traz outro conceito que é a representação associada ao sinal. Tal conceito difere da referência, porque esta é um “objeto sensorialmente perceptível”, enquanto a representação é “uma imagem interna, emersa nas lembranças de impressões sensíveis passadas e das atividades, internas e externas, que realizei. Esta imagem interna está frequentemente saturada de emoções” e é subjetiva, uma vez que a representação que uma pessoa faz não é a mesma de outra. Por fim, Frege (1978: 65) dissocia a representação do sentido do sinal, dizendo que o último tem que ser igual para muitas pessoas, não sendo parte da mente individual.

Frege (1978:65-66) finaliza a discussão em torno da representação, sentido e referência como componentes de um nome próprio usando a metáfora do telescópio e da lua que mostra que se alguém observa a lua por um telescópio, a referência poderia ser comparada à lua, que é o objeto observado; a imagem que esse alguém formaria de sua visão da lua a partir do telescópio seria a representação; o telescópio, assim, seria o sentido, aquele que por muitos pode ser compartilhado.

Diferentemente de Frege, Saussure (1916), ao excluir a “fala”, exclui toda e qualquer referência ao que pudesse ser exterior ao sistema. Assim, para ele, todos os estudos sobre a língua deveriam se concentrar no sistema e nas regras internas de seu funcionamento, excluindo tudo aquilo que seria de caráter individual e subjetivo. No trecho abaixo, Saussure mostra a sua opção por excluir tudo o que diz respeito à fala (e porque não ao sujeito e ao mundo), para priorizar o sistema.

Essa é a primeira bifurcação que se encontra quando se procura estabelecer a teoria da linguagem. Cumpre escolher entre dois caminhos impossíveis de trilhar ao mesmo tempo; devem ser seguidos separadamente.

Pode-se, a rigor, conservar o nome *Linguística* para cada uma dessas disciplinas e falar de uma *Linguística da fala*. Será, porém, necessário não confundi-la com a *Linguística* propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua.

Unicamente desta última é que cuidaremos, e se por acaso, no decurso de nossas demonstrações, pedirmos luzes ao estudo da fala, esforçar-nos-emos para jamais transpor os limites que separam os dois domínios (Saussure, 1916: 28)

Desse modo, Saussure (1916:28) delimita aquilo que seria o objeto da Linguística propriamente dita: a língua. Essa, segundo o autor (1916: 23) “é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas”. Desse modo, o autor concebe a língua como um sistema de signos, de modo que estes são constituídos pela união do sentido (significado) com a imagem acústica (significante). Além disso, o autor reforça que tal associação é arbitrária, ou seja, não há nenhum “laço natural” que estabeleça a união entre o significante e o significado. Saussure (1916: 83) explica o que ele entendia pela arbitrariedade do signo, pois, para ele, a palavra “arbitrário”

Não deve dar a idéia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo lingüístico); queremos dizer que o significante é *imotivado*, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade

Além da língua, para Saussure (1916: 27), a *fala* estava inserida nos estudos da linguagem, porém ele (*op. cit*) opta por apenas trabalhar com a língua que “é social em sua essência e independente do indivíduo”, visto que é homogênea, diferentemente da fala que “tem por objeto a parte individual da linguagem”. Assim, Saussure deixa de fora de sua análise questões relativas à constituição do sujeito e do sentido da linguagem, ao configurar o objeto linguístico.

Benveniste (1966:56-57) retoma a questão da arbitrariedade do signo proposta por Saussure, mas desloca esse conceito para uma prática de linguagem, dizendo que arbitrária não é a relação do significante com o significado, mas “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro”. Desse modo, Benveniste (1966) concorda com Saussure (1916) quando este considera o signo como arbitrário, porém discorda que a arbitrariedade esteja na união entre significante e significado, visto que, para Benveniste (1966), a realidade desprezada por Saussure (1916) torna-se necessária para a definição de signo linguístico.

Além da referência, Benveniste inclui a noção de sujeito que, juntas, são importantes para produzir a enunciação. Benveniste (1974:82-83) define a enunciação como esse processo de “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.”, mas o autor diz que é preciso ter cuidado, pois a enunciação não é o enunciado produzido, mas o ato mesmo de produzir o enunciado. Este ato, por sua vez, seria o “fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta”, além do que, “a relação do locutor com a língua que determinaria os caracteres linguísticos da enunciação”. Desse modo é possível compreender que o funcionamento da língua é entendido em relação ao próprio ato de “apropriação” do sujeito, às situações em que a enunciação se realiza. De modo que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor” (BENVENISTE 1974:84) por meio dos instrumentos necessários à realização da enunciação como os indicadores de subjetividade que permitem a apropriação da língua pelo interlocutor.

No que tange aos indicadores de subjetividade, Benveniste estuda as relações de pessoa no verbo e os pronomes. Quanto à primeira, o autor (1966:250-253) diz que em um enunciado é possível ter duas pessoas, o eu e o tu, mas não uma terceira, visto que essa não seria uma pessoa, mas sim uma “não-pessoa”.

De fato, uma característica das pessoas “eu” e “tu” é a sua *unicidade* específica: o “eu” que enuncia, o “tu” ao qual “eu” se dirige são cada vez únicos. “Ele”, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum. (...) Uma segunda característica consiste em que “eu” e “tu” são inversíveis: o que “eu” define como “tu” se pensa e pode inverter-se em “eu” e “eu” se torna um “tu”. Nenhuma relação paralela é possível entre uma dessas duas pessoas e “ele”, uma vez que “ele” em si não designa especificamente nada nem ninguém”.

Assim, o “eu” e o “tu” participam do discurso, o “ele” não participa, mas apenas indicaria alguém ou alguma coisa, mas não uma pessoa específica do discurso. Quando Benveniste (1966:277 -293) fala especificamente da natureza dos pronomes, ele diz que “o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem”, pois o que ele quer demonstrar é que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas que podem ser diferentes de acordo como o modo de linguagem do qual são signos.

O pronome “eu”, por exemplo, só pode ser definido em termos de “locução” e não de objetos, pois “eu significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu” (BENVENISTE 1966:278). Se é perceptível que no mesmo discurso estão presentes duas instâncias contendo “eu” enunciadas pela mesma voz, nada impede que uma delas seja um discurso referido. Por isso a definição pode precisar-se assim “*eu* é o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística eu”. O pronome tu, por sua vez, é instaurado pela enunciação que contém o pronome eu, como “o indivíduo alocutado na presente instância de discurso contendo a instância linguística tu.” (*ibidem*)

Além da primeira e da segunda pessoa, há outros indicadores de subjetividade, como os demonstrativos, advérbios e locuções adverbiais. São todos signos vazios, ou seja, desprovidos de referência material, que se tornam plenos com a atualização do locutor; possuem como centro de referência a primeira pessoa e sua função principal é converter a língua em discurso.

Ducrot, em *O dizer e o dito*, diz que todo discurso é atravessado por várias vozes, tendo como objetivo central a crítica a tese de unicidade do sujeito falante. Esse autor, ao questionar o pressuposto de que o falante é único e que cada enunciado só pode ser relacionado a um único autor, destaca uma situação de polifonia em que há dois tipos de personagens: o locutor e o enunciador. O locutor seria o “ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (DUCROT, 1980:182); enquanto os enunciadores seriam

seres que são considerados como se expressando através da enunciação sem que para tanto se lhes atribuam palavras precisas. Se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando o seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras

Segundo Ducrot (1987), estes dois termos, quando se cruzam, aparecem nas posições de locutor, como responsável pelo enunciado, e que, por sua vez, dá existência à enunciadores de quem ele organiza os pontos de vista e as atitudes. Deve-se, entender a relação enunciador-locutor da mesma forma como a relação personagem-autor, sendo o enunciador o ser cujo ponto de vista apresenta os acontecimentos. Assim, tem-se

como locutor, aquele ser que fala, e como enunciador, o ser que deve ser identificado, na análise das vozes, como a perspectiva a partir da qual se enuncia.

Guimarães (2002:11) inscreve sua posição teórica numa linha de filiações que passa por Benveniste “para quem a enunciação é a língua posta em funcionamento pelo locutor” e por Ducrot “para quem a enunciação é o evento do aparecimento de um enunciado”. Apesar disso, Guimarães (2002) trabalha a enunciação enquanto acontecimento de linguagem e, para ele (2002:14), o locutor não tem acesso àquilo que enuncia, pois “O locutor não está onde a enunciação significa sua unidade (tempo do Locutor). Assim, o Locutor está dividido no acontecimento. E está dividido, porque falar, enunciar, pelo funcionamento da língua no acontecimento, é falar enquanto sujeito”

O autor (2002:11), diz que, para a conceituação do acontecimento de linguagem, são necessários dois elementos: a língua e o sujeito “que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo” Reforça ainda que o sujeito enuncia “enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”.

Para conceitualizar o que entende por acontecimento, Guimarães (2002:12) se distancia da noção de tempo da enunciação proposta por Benveniste (1974), uma vez que esse autor diz que o tempo se constitui no momento em que o locutor enuncia, enquanto Guimarães (*ibidem*) não credita ao sujeito a origem do tempo, mas sim, que esse seria tomado “na temporalidade do acontecimento”. Tal temporalidade seria, segundo o autor, uma mistura do presente com o futuro, ou melhor, que o presente abriria “uma latência de futuro (uma futuridade)” sem a qual não haveria o interpretável, visto que “todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro”. Ao mesmo tempo, o passado seria no acontecimento a rememoração de enunciações e, tal como a latência de futuro, se dá como parte de uma nova temporalização.

Para exemplificar essa temporalidade do acontecimento, Guimarães (2002:12-13) traz o índice de uma famosa revista dizendo que o presente do acontecimento deste índice seria o tempo em que o locutor, que criou o índice, atribuiu uma matéria a uma certa categoria. Tal categoria, por sua vez, está aí, neste acontecimento, como um passado “que se apresenta como um rememorado, que faz significar de um certo modo,

e não de outro, o título da matéria e a matéria”. Já o futuro do acontecimento seria a projeção de sentidos sobre esse presente e esse passado, que permite movimentar, inclusive, outras enunciações. Desse modo, o locutor não teria acesso à temporalidade do acontecimento da enunciação e, por isso, Guimarães (2002:14) recorre à Análise de Discurso para caracterizar esse sujeito que enuncia, visto que este

é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos. Memória que se estrutura pelo esquecimento de que já significa (Orlandi, 1999). Ser sujeito de seu dizer, ser sujeito, é falar de uma posição sujeito.

Desse modo, Guimarães (2002:14) diz que esta relação teórica permite que se considere que o acontecimento da linguagem é um acontecimento que temporaliza e não que se dá no tempo ou no tempo do locutor. O locutor se representa em um presente, e é nisso que Guimarães (2002:12) diz que Benveniste se baseou para formular seu conceito de tempo enunciativo, mas o sujeito não fala no presente, pois só é sujeito “enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo acontecimento que faz a língua funcionar”.

A língua, para Guimarães (2002:18), interessa enquanto espaço político, ou seja, enquanto um espaço regulado e de disputas. Os falantes, por sua vez, não seriam aqueles dotados da capacidade físico-fisiológica ou psíquica de falar, mas sim aqueles determinados pelas línguas que falam. São sujeitos da língua, constituídos pelo que Guimarães chama de espaço de enunciação, ou seja, onde os falantes são sujeitos afetados pelo simbólico que se localizam em um espaço e em um tempo. O espaço da enunciação é onde os falantes “residem”, ou seja, é o espaço “habitado” por sujeitos “divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer; assim como é onde as línguas funcionam, se dividem, se misturam e se transformam por uma disputa interminável”.

Para que o conceito por ele estabelecido de espaço de enunciação fique claro, Guimarães (2002:19) traz como exemplo o nome de um estabelecimento de Campinas: *Center Frutas Broto*. Segundo o autor, tal nomeação se constrói pela relação direta entre

os falantes e as línguas portuguesa e inglesa.⁷ Entretanto a presença de *Center* não define a sintaxe nem como portuguesa – pois, caso isso ocorresse, a construção deveria ser Center de Frutas Broto – e nem como inglesa, cuja construção ficaria Broto Frutas Center. Diante disso temos, segundo Guimarães (2002:19), um embate em que o falante está dividido por sua relação com duas línguas.

Por fim, outro ponto interessante trazido por Guimarães (2002), é a diferenciação entre lugar do dizer e lugar social. O autor (2002:23) chama de Locutor (L) aquele que assume a palavra, que se coloca no lugar que enuncia, que se “representa no próprio dizer como fonte deste dizer”. Entretanto, para o Locutor se representar como origem do dizer é preciso que ele seja um lugar social de locutor. Guimarães (*idem* :24) dá como exemplo uma possível fala do Presidente da República dizendo que Decreta X. Segundo Guimarães (2002:24) o Presidente o faz

Não porque alguém se dá a si ser a origem do que *Decreta*, mas porque enquanto Presidente (falante de Português) ele pode se dar como origem daquilo que *Decreta*, ou melhor, do próprio ato de decretar. O que significa dizer que assumir a palavra para decretar só é possível na medida em que o Locutor, que se dá como origem do decreto, só o é enquanto constituído como um lugar social locutor, ou seja, o locutor-presidente que fala em Língua Portuguesa.

Por outro lado, Guimarães diz que não é em todo momento que é possível determinar o lugar social daquele que enuncia, pois quando temos um enunciado como “eu prometo que vou a sua casa”, a marca de primeira pessoa (prometo) “é só a marca de representação da origem, marca que representa seu presente como o tempo do dizer. Ou seja, este *eu* é a representação de que não há lugar social no dizer.” Assim, aqui é o lugar que o Locutor se apresenta como *lugar de dizer* simplesmente.

Nome próprio de pessoa.

Quando nos deparamos com o nome próprio de pessoa (Guimarães 2002:34) somos apresentados a um nome único, para uma pessoa única, entretanto o nome “é na verdade uma construção tal que um sobrenome determina um nome”. Temos também o

⁷ Antes de discutir este exemplo, Guimarães explica que o espaço de enunciação do Português é também ocupado pelo inglês, visto que não só adotamos palavras inglesas em nosso vocabulário, como também derivamos tais palavras de acordo com os procedimentos de derivação da Língua Portuguesa.

funcionamento do que Guimarães (*ibidem*) nomeou de “nomes de terceira classe” que seriam (Júnior, Filho, Neto etc). Estes também têm um funcionamento determinativo que visa distinguir pessoas com nomes iguais. Tais observações são importantes para mostrar que, na nossa sociedade, o nome próprio de pessoa é uma construção “em que relações semânticas de determinação constituem o nome” (GUIMARÃES 2002:34), afastando os nossos estudos de posições exclusivamente referenciais ou cognitivas.

Guimarães (2002:35), antes de iniciar a análise do funcionamento do nome próprio, deixa claro que os processos de nomeação de pessoas se dão no espaço de enunciação da Língua Oficial do Estado, a Língua Nacional, e, por isso, as autoridades têm o dever de não aceitar “nomes fora de propósito”.

O nome próprio de pessoa, segundo Guimarães (2002:35-36), se constitui como “a busca de uma unicidade”, ou seja, um nome único para uma única pessoa, mas que essa unicidade não se constitui de uma relação direta entre a palavra e o objeto, mas sim de “uma construção de relações lingüísticas”. O autor formula uma hipótese sobre o que essa construção de unicidade significa, dizendo que o nome próprio é uma forma de identificação social do objeto nomeado e que isso ganha contornos interessantes quando o que está em pauta são nomes próprios de pessoa, pois, neste caso, “o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação. Ou seja, passa a ser uma questão do sujeito”. Em seguida, o autor reflete sobre quatro aspectos das relações do funcionamento designativo do nome próprio de pessoas com as enunciações de nomeação:

- A) o ato de dar nome a uma pessoa, na nossa sociedade, pelos pais;
- B) Relativamente ao item A, o que nos diria o fato de que em cada época há nomes predominantes, que são mais usados? (...)
- C) Por que alguém que foi nomeado
 - a. *Antônio Cândido de Melo e Souza* é no uso corrente *Antônio Cândido*?
 - b. *Maximino de Araújo Maciel* é *Maximino Maciel*?
- D) No serviço militar alguém que se chama *João Roberto Rodrigues da Silva* pode ser *João* ou *Roberto* ou *Rodrigues* ou *Silva*, e mesmo *da Silva*? (p.35)

O primeiro aspecto refere-se à nomeação e ao registro da criança logo após o seu nascimento, sendo esse ato uma obrigação, estabelecida pela lei. A partir desse registro e da emissão da certidão de nascimento, aquele indivíduo é incluído no Estado usufruindo dos direitos e cumprindo os deveres que essa inclusão trás. Então, segundo

Guimarães (2002:36), incluir o indivíduo no Estado por meio da nomeação se faz do lugar da paternidade que se configura como um lugar social bem determinado. Desse modo, “a representação desse enunciador apaga a constituição do Locutor pela rede jurídica que o instala como pai, no espaço enunciativo da Língua Portuguesa, com certas obrigações de dizer” (*ibidem*), como, por exemplo, dar nome aos filhos.

Contudo, a escolha dos pais não é totalmente livre, como aparenta ser. Segundo Guimarães (2002:36), a “origem” do nome não é

nem o locutor-pai (lugar social) nem o enunciador-individual (lugar de dizer). O Locutor se representa, na escolha do nome Bruno, como um enunciador-contemporâneo, que se caracteriza por enunciar tal como se “escolhe” enunciar num certo momento. Ou seja, a “escolha” do nome se dá segundo um agenciamento enunciativo específico. Este acontecimento recorta como memoráveis os nomes disponíveis como contemporâneos, próprios de sua época. Assim se este enunciador apaga o lugar do pai, o significa, ao mesmo tempo, como moderno.

Ainda no que tange ao item B exposto por Guimarães (2002:35), Cunha (2008:51-53) propõe uma categorização das discursividades⁸ que integram o processo discursivo de designação de pessoas:

1. discursividade de gênero do nome: o sujeito designador atribui um nome com gênero coerente com o sexo (masculino ou feminino) do sujeito em vias de designação;
2. discursividade de idealidade do referente: marca a interpelação por um discurso em que o sujeito designador identifica, em um referente, características que gostaria de emprestar, de associar ao filho, mediação essa feita pelo nome;
3. discursividade de efeito de evidência do nome (ou ainda de transparência do nome): refere-se à prática em que o sujeito designador escolhe ou concebe um nome de acordo com as circunstâncias de nascimento da criança; esta discursividade está voltada para a situação presente do nascimento;
4. discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos: refere-se à situação em que o sujeito designador prefigura, pelo nome, bem como pelos discursos em torno do evento de designação (que chamei de pré-designação ideológica, conforme expressão que emprestei de Althusser), acontecimentos para a vida do sujeito designado; há, portanto, por essa discursividade, uma projeção para o futuro: pela discursividade de prefiguração discursiva de acontecimento, segundo desenvolvi, o sujeito designador é interpelado por um discurso de efeito ideológico elementar da linguagem voltado para o futuro do sujeito designado, como se o nome, e sua etimologia ou sentidos positivos (ideais) que evoca (de prestígio, poder, sucesso etc.) tivessem o poder de sobredeterminar a vida do sujeito designado, conferindo-lhe vantagens, benefícios (CUNHA, 2008:51-52)

⁸ Cunha (2006 :17) usa a palavra *discursividade* para designar “cada uma das categorias propostas que integram o processo discursivo de designação de pessoas no Brasil”.

A partir das discursividades propostas por Cunha, pode-se perceber como o processo de designação envolve uma série de questões, que nem sempre são transparentes ao sujeito designador, mas que passam a constituir o sujeito designado.

Primeiro tem-se a questão do gênero. O sujeito designador tem de dar um nome que seja compatível com o sexo da criança. Cunha (2006:63) cita o caso de *Domingas Paranhos* que arrolou um processo de mudança de nome, pois seu nome evocava discursos de masculinidade e homossexualismo, pois

Seu nome, muito embora tenha o gênero feminino demarcado pela vogal a, tem uma conotação tipicamente masculina, segundo ela, o que fez com que o registro do seu nome fosse alterado, contra a sua vontade e em diversos documentos, para a versão masculina Domingos, por se achar que se tratava de um erro (ante a falta de recorrência desse nome com uma versão feminina), o que lhe causou inúmeras situações de constrangimento, “chegando algumas vezes a ser confundida com travesti”

Em seguida, Cunha (2008:52) fala sobre a “discursividade de idealidade do referente”. Encaixam-se nessa categoria os nomes de origem religiosa (Pedro, Paulo, Raquel, Maria etc). Quando o pai dá um nome de origem religiosa, ele associa características típicas dessa religiosidade ao filho. Ele insere o filho, pelo nome, no discurso religioso.

A terceira categorização proposta por Cunha se refere à escolha de nomes que estão em voga no momento do nascimento da criança. Esses nomes podem ser escolhidos de acordo com a tendência do momento de se nomear – alguns nomes marcam determinadas épocas, por isso é comum que se tenha muitas crianças da mesma idade com o mesmo nome – ou então, podem ser inspirados em personagens de novelas, figuras políticas ou músicos.

Na quarta categorização denominada “discursividade de prefiguração discursiva de acontecimentos” se encaixam nomes estrangeiros, por exemplo, que os pais escolhem visando atribuir sentidos positivos para o filho.

De posse dessas categorizações, pode-se dizer que os pais escolhem os nomes, porém eles têm de optar por um dentre aqueles possíveis.

Isso quer dizer que, na prática discursiva de designação, o gesto de filtrar, de selecionar um nome resulta de um processo discursivo. O sujeito designador

(o pai, a mãe, ou qualquer pessoa que seja responsável pela escolha ou composição de um nome) é interpelado em sujeito pela ideologia. Isso é importante, porque, (...) o nome é um produto histórico. (CUNHA, 2008:52)

O terceiro aspecto trazido por Guimarães (2002:35) refere-se a um processo de nomeação paralelo ao dos pais. Guimarães exemplifica com o caso de *Antônio Cândido de Melo e Souza* que tornou-se *Antônio Cândido* no uso diário. O que se mostra nesse exemplo é que outros lugares de enunciação renomearam o que se nomeou do lugar do locutor-pai. Nesse aspecto, o nome “acaba por funcionar, a partir de uma história de enunciações, como um nome para uma pessoa, cujo processo de construção é esquecido” (*idem* :38). É como se não existissem nomes homônimos, de acordo com esse aspecto, pois os acontecimentos enunciativos foram distintos. Guimarães (2002:39) exemplifica isso dizendo que “se encontrarmos dois *Rodrigues* eles “não são homônimos” porque a enunciação de um como *Rodrigues* de dá a partir de um acontecimento enunciativo que o nomeou *João Rodrigues* distinto daquele que nomeou *João Rodrigues* a outro.”

O último aspecto colocado por Guimarães (2002) abrange a relações do funcionamento designativo em corporações que têm a necessidade do único, como exemplifica Guimarães, “se há dois *João Rodrigues*, um deve ser *João* e o outro *Rodrigues*.” Segundo o autor, este procedimento traz uma enunciação que busca “censurar” as enunciações primeiras por uma escolha no seu interior. Quando as posições sujeito, Guimarães (2002:39) diz que se trata de uma posição do discurso administrativo “que só distribui nomes como se não houvesse aí nenhuma memória, embora o acontecimento em que se dá tenha uma temporalidade em que o passado são enunciações primeiras que nomearam todos que ali estão.”

Apelidos

O sujeito assume, durante a sua vida, outros nomes que não apenas aquele que o identifica para o Estado. Esses variam de acordo com o lugar enunciativo ocupado pelo sujeito no ato da enunciação. Guimarães, (2002:41) fala que “para alguém que é João Roberto Rodrigues da Silva, significa diferentemente quando for João, ou Roberto, etc. no serviço militar”.

A questão dos apelidos é semelhante. Esses são atribuídos nas diferentes instituições, das quais o sujeito faz parte (familiar, escolar, profissional) e, muitas vezes, o mesmo sujeito pode ter um apelido diferente em cada uma delas. Os apelidos podem ser formados de diferentes formas (abreviação do nome, ressaltando algum traço físico, ou marcando a origem desse sujeito, por exemplo) e podem assumir tanto um caráter pejorativo quanto carinhoso. Hashiguti (2008:86) discorre sobre a questão dos apelidos, que sempre ressaltam o corpo, para os sujeitos descendentes de japoneses

Os apelidos, por sua vez, geralmente giram no campo semântico da descendência, como “japão”, “japa”, “japinha”, “japita”, “japonesinha”, “japonês”, porque mesmo que o primeiro nome seja não-japonês, o corpo retoma o sentido do sobrenome

Em contrapartida, Cunha (2006:77) fala sobre pedidos de substituição de nomes por apelidos públicos notórios. Segundo o autor,

as solicitações de substituições por apelidos públicos notórios, tem por base a solidificação ou cristalização de um apelido público pelo qual a pessoa é ou passou a ser mais conhecida do que pelo seu nome próprio. Nesse caso, a identidade da pessoa é ou passou a ser associada a uma outra designação, que pode ser um nome ou um apelido, pelo qual o público consegue estabelecer uma relação entre ele, o sujeito, e o apelido.

No caso do filme *Cidade de Deus*, os sujeitos são reconhecidos pelos apelidos, que são constituídos de diferentes formas, sendo as mais recorrentes aquelas que apresentam variações do registro civil (Dadinho, Mané Galinha) ou que ressaltam alguma característica física (Cabeleira, Cabeção, Grande). Contudo, diferentemente do caso expresso por Cunha (op. cit.), os apelidos funcionam como forma de ocupar uma posição de poder dentro da sociedade, para não serem reconhecidos juridicamente. Isso pode ser verificado no episódio retratado pela primeira edição do livro de Paulo Lins, no qual Dadinho opta por mudar de apelido porque a polícia já “sabia da existência de um tal de Dadinho que não poupava as vítimas nos assaltos, que era tido como perigoso desde os tempos de Cabeleira” (LINS P. 1997:213)

Capítulo 3: Das condições de produção

Cidade de Deus: o(s) livro(s)

Primeira edição

Lançado em 1997, *Cidade de Deus* é fruto de dez anos de trabalho do escritor Paulo Lins que teve início, juntamente com a Antropóloga Alba Zaluar no projeto *Crime e criminalidade nas classes populares*. Lins, na época, era morador da Cidade de Deus e trabalhou no projeto de Zaluar como bolsista, fazendo entrevistas com os moradores do conjunto habitacional. Segundo ele, em entrevista à revista Caros Amigos de Maio de 2003, foi chamado para o projeto, pois “tinha acesso ao pessoal da malandragem”, mas quando Alba pediu que ele escrevesse um relatório a respeito, Paulo Lins disse que não sabia escrever antropologia, sociologia, mas que ele poderia fazer um poema. A antropóloga concordou e, três meses depois, o poema estava pronto. Alba Zaluar mostrou o poema para o crítico Roberto Schwartz que entrou em contato com o autor para a publicação daquela obra e o incentivou a produzir um romance.

Segundo Lins, em entrevista a Heloísa Buarque de Hollanda, ele não sabia escrever um romance. Ele sabia escrever poesia, pois estava em contato com as polêmicas sobre a poesia concreta e marginal

Nos anos 80, tinha aquela briga com a poesia marginal. Leminsky dizia: “Eu odeio poesia marginal!”. Ele odiava Cacaso, odiava Chico Alvim, todo mundo. Essas paixões chegam até nos poetas de hoje. O Heitor Ferraz, por exemplo, odeia poesia concreta. Nos anos 80, toda semana, saía na Folha de São Paulo, no Globo, um poema concreto... Eram sempre as mesmas pessoas, Arnaldo Antunes, Paulo Leminski, e mais uns pouquíssimos, todos brigando. Eu não tinha esse problema. Eu gostava da poesia concreta. Quando eu conheci o Roberto Schwarz, até fiquei meio constrangido porque ele odiava a poesia concreta!⁹

Inclusive, por conta desse contato com a poesia concreta e marginal, seus amigos esperavam que ele produzisse algo novo, diferente, como “um romance sem

⁹ Hollanda, Heloisa B. Entrevista a Paulo Lins. Disponível em <http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=712> Último acesso em 22/08/2011

personagem. Ou [com] personagens numerados”. Mas Lins optou por outro caminho, adotando um grande número de gírias usadas na Cidade de Deus em seu romance.¹⁰ Gírias estas, em sua maioria, excluídas da segunda edição do livro para facilitar a tradução para outras línguas.

Lins, em várias entrevistas (Hollanda, H. B. s/d, n°74 Carta Capital, para citar duas), demonstra a dificuldade que teve de produzir o romance, chegando a querer desistir em alguns momentos, mas continuou devido ao incentivo, inclusive financeiro, de Schwarz. Por isso, o livro demorou cerca de seis anos para ficar pronto

Resumo – primeira edição

A primeira edição do livro *Cidade de Deus* é dividida em três grandes capítulos: “A história de Cabeleira”, “A história de Bené” e “A história de Zé Pequeno”.

No primeiro capítulo há a descrição do surgimento do conjunto habitacional Cidade de Deus criado pelo governo estadual da Guanabara, para abrigar cidadãos de favelas vítimas de enchentes.¹¹ O local é descrito como muito afastado do centro, o que motivou muitos moradores das favelas inundadas a não aceitarem a habitação, que nem sequer tinha rede de água ou esgoto. Entretanto, apesar de todos os problemas, a Cidade de Deus é descrita como muito bonita e arborizada, visto que foi construída em uma antiga fazenda que manteve os casarões, os riachos e as árvores frutíferas.

Neste espaço, os três amigos Marreco, Cabeleira e Alicate se conhecem e se tornam ladrões conhecidos. Sempre com a filosofia de “só matar para não morrer”, faziam pequenos roubos, como aos caminhões de gás que circulavam na Cidade de Deus. Contudo, o trio foi se desfazendo durante o capítulo, pois Marreco morreu após não cumprir um pacto com o diabo, Alicate largou a vida de crimes, seguindo uma religião cristã e trabalhando “feito otário” e Cabeleira foi morto por Touro, um policial com o qual o “bicho-solto” já trocara tiros várias vezes, durante uma perseguição.

Durante o capítulo também é contado como Cabeleira conhecera Dadinho, um garoto recém chegado ao conjunto habitacional, mas que já era bem quisto pela malandragem. Dadinho foi apresentado ao Cabeleira por outro bandido, visto que o

¹⁰ Lins utiliza várias gírias em seu livro como “bicho-solto” para se referir a bandido, “ferro” para arma de fogo “oitão” para arma de calibre 38, além de tentar se aproximar mais da oralidade, mesmo se tratando de um texto escrito, usando palavra como “Vamo” ao invés de vamos ou “tá” substituindo está.

¹¹ O estado da Guanabara existiu no período entre 1960 a 1975, no território do atual município do Rio de Janeiro.

moleque teve uma ótima ideia para “arrebentar a boa”: assaltar um motel. Para ajudar na empreitada, Cabeleira convidou outros dois bandidos, Pelé e Pará, que o ajudaria a saquear os clientes do motel, enquanto Dadinho, por ser criança, aguardaria do lado de fora e estaria incumbido de avisar caso a polícia chegasse. Dadinho não ficou feliz com o lugar que fora reservado a ele, uma vez que queria participar da ação, por isso, cansado da monotonia da sua função, deu um alarme falso, dando um tiro em uma das janelas, como ficara combinado com os demais “bicho-soltos” caso houvesse algum sinal da polícia. Pelé, Pará e Cabeleira fugiram do motel e, por não encontrarem Dadinho, pensaram que o moleque havia sido pego pela polícia. Entretanto, Dadinho entrara no motel e saciara sua sede de matar, pois não só se contentou em tirar o que restava dos pertences das vítimas, mas também matou todos aqueles que encontrou pelo caminho.

Dadinho nasceu na favela Macedo Sobrinho em 1955 e “era o segundo filho de uma família de três filhos. Ficou órfão de pai aos quatro anos de idade”, pois seu pai morrera afogado durante uma pescaria e, por isso, sua mãe fora obrigada a trabalhar fora, deixando os filhos sob os cuidados de parentes.

O bandido fora criado pela madrinha na casa de sua patroa, no Jardim Botânico. A comadre, porém, não teve pulso para insistir em sua permanência na escola. (...) A comadre não tinha tempo para seguir seus passos durante o dia, quando se entregava às brincadeiras pueris e a ser avião de malandro.

(...)

O menino ainda morava na casa da patroa da comadre de sua mãe e perambulava pelas ruas da Zona Sul quando começou a assaltar. Já que se aventurava levando armas para malandro meter bronca, então o melhor seria arriscar o flagrante inteiro.

(...)

Conforme ia crescendo, intensificava a sua vida criminoso. Assaltava de manhã, de tarde e de noite, porém a vagabundagem mais velha do morro volta e meia tomava-lhe o roubo. Mesmo armado, Dadinho não ousava se defender daqueles bandidos, que tinham um punhado de crimes nas costas, já eram famosos o suficiente para meter medo em qualquer iniciante. No entanto prometia vingança (...).(LINS, P. 1997:185-186)

Enquanto isso, sua mãe se passara por flagelada, visto que as casas do Conjunto Habitacional Cidade de Deus eram distribuídas para famílias que vinham de favelas alagadas ou destruídas pelo fogo, para conseguir uma casa na Cidade de Deus, pois lá teria, mesmo que a longo prazo, água encanada e luz em casa, o que facilitaria muito a sua vida. Além de tudo, queria sair da Macedo Sobrinho “lugar de bandidos desalmados

que dão armas para as crianças saírem por aí fazendo besteiras. Confiava em Deus, e isso a fazia acreditar que Eduardinho iria aquietar o facho longe dali, daquele inferno” Apesar de todas as preces de sua mãe, Dadinho não abandonou a vida do crime e, munido de uma caixa de engraxate, conquistada pela mãe para que o filho começasse a trabalhar e largasse a vida de bandido, junto com Bené e Pará (dois garotos que conhecera ao chegar ao conjunto habitacional) começaram a assaltar todos aqueles que paravam para ter os sapatos engraxados.

Dadinho conseguiu enganar a mãe durante um bom tempo, até que ela encontrou um revólver enterrado no jardim e, descontrolada, pedia justificativas ao filho, que não se importava com as lágrimas da mãe. Depois desse dia, Dadinho saiu de casa e ficava sempre no morro do São Carlos com alguns amigos malandros. Numa de suas idas a Cidade de Deus, conheceu Cabeleira e os demais “bichos-soltos” do conjunto. Nesse trecho do romance, o leitor tem conhecimento do que acontecera com Dadinho no dia do assalto ao motel.

No dia do assalto ao motel, Dadinho correu até a Taquara, botou o revólver no rosto de um taxista e o obrigou a levá-lo até o morro do São Carlos, onde tentou se estabelecer por definitivo (...) Esbanjava dinheiro entre os amigos que fizera no São Carlos: quase todos os dias apanhava envelopes de cocaína, pagava cerveja para as prostitutas, fazia as refeições nos restaurantes que considerava mais caros. (LINS, P. 1997:190)

Entretanto, Dadinho foi expulso do morro pelo traficante do lugar, o Ari do Rafa, que ficara com inveja da popularidade de Dadinho e seus amigos (Bené, Cabelinho Calmo e Madrugadão). Por isso, Dadinho e os outros malandros voltaram para a Cidade de Deus e lá continuaram a vida de assaltos.

O Capítulo 2 se inicia com um histórico dos traficantes que começaram a vender maconha nos Apês da Cidade de Deus. Nos blocos velhos, que surgiram logo no início da formação do conjunto habitacional Cidade de Deus, Miguelão era o único traficante. Ele viu o surgimento dos chamados Blocos Novos que foram ocupados, em sua grande maioria, por habitantes da extinta favela Macedo Sobrinho e, conseqüentemente, pelos bandidos que lá moravam. “Os bandidos recém-chegados não roubavam ai. Porém, no mesmo dia em que chegaram, colocaram uma boca-de-fumo no Bloco Sete dos apartamentos novos” (LINS, P. 1997:205).

A boca pertencia ao Grande, “bandido famoso em todo o Rio de Janeiro pela sua periculosidade e coragem” (LINS, P. 1997:206), mas este não foi morar na Cidade de Deus, pois achava que ali seria fácil da polícia encontrá-lo. “Gostava de morro, de onde se pode observar tudo de sua culminância”. (LINS, P. 1997:206). Por isso, designou Napoleão, seu compadre, para cuidar da boca.

Apesar dos dois traficantes, Napoleão e Miguelão, conviverem no mesmo espaço, não havia disputa por território, tanto que quando o traficante dos Blocos Antigos foi preso, Napoleão não tomou a boca, mas deixou-a sob o domínio de Chinelo Virado, um avião antigo de Miguelão.

Outro morador dos Blocos Novos era Dadinho, que lá se instalou depois que voltou do Morro do São Carlos. No dia de seu aniversário de 18 anos, Dadinho foi em um apartamento na Cidade de Deus onde

tudo concorria para a sua chegada. Velas acesas para Oxalá e Xangô, porque Oxalá é pai maior e Xangô é pai de pai Joaquim do Cruzeiro de Aruanda das Almas, que desceu para abrir a gira. Mas não seria com ele que Dadinho iria falar. Pai Joaquim subiu logo (...) não era do seu feitio trabalhar com quem não presta. Com quem não presta trabalha se Tranca Rua do Cruzeiro das Almas, que desceu depois de brigar com outros Exus para poder descer. (LINS, P. 1997:209)

Após fazer o ritual de sua chegada e falar com o Cambone, que é o auxiliar ou intermediário entre os orixás e os filhos da terra, o Tranca Rua do Cruzeiro das Almas se dirigiu a Dadinho dizendo que era o Diabo e que, por isso, poderia dar tudo o que ele quisesse. Dadinho fez o seu pedido em pensamento, do qual o leitor do romance não tem conhecimento, e saiu do apartamento junto de Bené, em silêncio.

Depois de tal cerimônia, Dadinho voltou a assaltar, porém começou a perceber que Napoleão e Chinelo Virado “esbanjavam muito mais dinheiro do que ele” e que apesar de ele ser “planejador de grandes assaltos (...) não tinha o suficiente para ser, além de temido, o mais rico” (LINS, P. 1997:210). Além disso, percebia que o número de maconheiros aumentava cada vez mais e, por isso pensava “O que é que estava esperando então para tomar a boca do Napoleão e a do Chinelo Virado? O que esperava para tomar conta dos Apês, já que ali era sua área? Pois se desse uma ideia maneira aos parceiros que assaltavam com ele, teria apoio imediato”. (LINS, P. 1997:210). Dadinho ficou um tempo pensando sobre isso e, principalmente em tomar a boca do Napoleão.

Contudo, o traficante era querido pela população dos Novos Apês, o que dificultava a ação.

Quando Grande morreu “em uma troca de tiros com policiais no morro do Juramento” e logo após Napoleão foi sequestrado e morto pelos policiais do Quinto Setor, Bé, irmão de Grande, assumiu a boca. Nesse momento, Dadinho achou que surgira a oportunidade de se tornar traficante. Inventou uma desculpa qualquer e tentou matar Bé, contudo esse conseguiu fugir a tempo.

Naquela mesma hora pediu ao parceiro, [Bené], para tomar a carga do vapor do Bé; Ficou o dia todo de vapor, na alegria dos vencedores. (...) Quando chegava um conhecido, fazia questão de dar uma trouxa a mais de cortesia, falava que ali era a Macedo Sobrinho, que fora de um cara grande, agora era de um pequeno, mas que, mesmo sendo pequeno, tinha disposição igual ou maior que a do Grande.

- A boca daqui, da nova Macedo Sobrinho, é dum cara pequeno! – dizia Dadinho.

Sim, iria agora chamar-se Pequeno, Zé Pequeno, já que a polícia sabia da existência de um tal de Dadinho que não poupava as vítimas nos assaltos, que era tido como perigoso desde o tempo de Cabeleira. “Mudar de nome: idéia resposta.” Passou a falar que Dadinho havia morrido, que a boca-de-fumo dos Blocos-Novos agora era de um tal de Pequeno. (LINS, P. 1997:213)

O próximo objetivo de Pequeno agora era a boca do Chinelo Virado. Novamente arranjou uma desculpa qualquer para mostrar que ele tinha motivos, que não se restringiam apenas ao domínio da boca, para matar o traficante. Apesar dos apelos de Bené para que apenas expulsassem o sujeito da favela, Pequeno tinha convicção do que queria “Tem que matar, quem cria cobra morre picado”. E sob as mãos de Marcelinho Baião, garoto que começara a andar com Pequeno, mas ainda não havia matado ninguém, o traficante conseguiu o que queria: a morte de Chinelo Virado e a boca dos Blocos Velhos.

Pequeno apresentara indícios de que já se contentara com as bocas conquistadas, entretanto, após o seu melhor amigo Bené ter sido esfaqueado, em um acesso de fúria e descontrole, o traficante aproveitou para matar os demais traficantes da Cidade de Deus, menos Bá e Sandro Cenoura, a quem ele ainda tinha consideração. Bené melhorou e logo voltou para junto de Zé Pequeno para continuar a traficar.

Os crimes na Cidade de Deus se tornavam cada vez mais escassos, visto que tanto Bené quanto Zé Pequeno haviam proibido qualquer tipo de violência que atraísse a polícia para o conjunto habitacional. Os moradores passaram a respeitar os traficantes

diante dessa calma temporária, principalmente Bené, que além de ser muito simpático com todos, ainda promovia grandes festas frequentadas não apenas pelos bandidos, mas também pelos jovens ricos da Cidade de Deus. O segundo capítulo do livro termina quando Bené é morto acidentalmente por Butucatu. Na verdade, o bandido queria matar Pequeno, pois o traficante havia dado uma surra nele após Butucatu ter torturado e matado sua ex-namorada no conjunto habitacional, o que chamou a atenção da polícia.

O último capítulo do livro trata da fase mais truculenta do traficante que agora sem as orientações do companheiro, mata e estupra indiscriminadamente. É nesse momento que ele conhece Mané Galinha, um cidadão pacato que após ter a noiva estuprada e o avô morto pelo bandido, decide entrar para a criminalidade para se vingar.

Mané Galinha se une a Sandro Cenoura, outro traficante da Cidade de Deus, para matar Zé Pequeno, e, desse modo, inicia-se a longa guerra entre as duas quadrilhas, que só tem fim com a morte de Mané Galinha. Após a morte desse, a polícia passa a invadir a favela mais frequentemente e acabam prendendo Pequeno. O bandido não fica muito tempo preso, visto que suborna os policiais para conseguir fugir, entretanto, quando volta para a favela, já não ocupava mais a posição de poder na favela, de modo que logo foi morto pelos criminosos que agora ocupavam tal posição.

Segunda edição

Após o lançamento do filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, Paulo Lins lançou uma segunda edição do livro, mas com algumas modificações que, segundo ele, eram necessárias para adequar o livro ao mercado internacional. Das 550 páginas originais, o romance passou a ter 400 e a linguagem coloquial se tornou mais acessível.

Em entrevista para a *Folha de São Paulo* em Agosto de 2002¹², Paulo Lins disse que era necessário mudar a linguagem do livro, pois “na França, Inglaterra, EUA, Dinamarca, Noruega, Suécia (...) tiveram dificuldade para traduzir o livro.” Segundo o escritor, o motivo disso seria “a especificidade da linguagem” e que com as alterações, ele espera ter tornado a “linguagem coloquial um pouco mais acessível”. Lins também

¹² ANGIOLILLO, Francesca. “Nova versão do livro “Cidade de Deus” rebatiza personagens”. In: *Jornal Folha de São Paulo* de 30/08/2002.
Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u26966.shtml>
Último acesso em 21/06/2008

diz que a nova extensão do livro se deve a um apelo editorial, pois é muito difícil colocar um livro tão extenso no mercado internacional.

A outra mudança feita por Lins na nova edição do romance, e que é o que mais interessa a essa pesquisa, foi a mudança da maioria dos nomes dos personagens. Francesca, entrevistadora do jornal Folha de São Paulo, perguntou ao autor se ele havia mudado os nomes para proteger o seu livro de comparações com o filme, visto que, agora, além das mudanças da pessoa narrativa e das adaptações necessárias para adequar a obra a esse novo suporte, o espectador teria dificuldade em associar esse ou aquele personagem do filme ao do livro. Paulo Lins, por sua vez, deu uma resposta bastante obscura, dizendo “como ia sair o filme, e eu ia mexer mesmo para o estrangeiro, mexi para o Brasil também”. Contudo, mais tarde, em maio de 2003, admite em entrevista a Caros Amigos que mudou o nome dos personagens, pois após o sucesso do livro e ainda mais com o do filme, várias pessoas o processaram, visto que ele estava ganhando dinheiro com a história delas.

Terceira edição ? Edição comemorativa de 10 anos de lançamento

Em 2007 a Cia das Letras, editora responsável pela publicação do livro *Cidade de Deus*, lançou uma edição comemorativa do romance de Lins que completava 10 anos. É curioso salientar que nessa edição comemorativa, o livro trazia o texto integral, tal qual a primeira edição, mas que o nome dos personagens continuavam a ser iguais ao da segunda edição. Apesar da editora ter sido questionada a respeito dessa opção por manter os mesmos nomes da segunda edição, ela não se posicionou sobre a questão. Desse modo, é possível ver o quanto a questão dos nomes próprios de pessoa é delicada, visto que mesmo em uma edição comemorativa cuja intenção inicial era trazer o mesmo conteúdo publicado na primeira edição, optou-se por manter a troca dos nomes reais por fictícios.

Cidade de Deus: o filme

Como já dito, o filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles foi baseado na primeira edição do livro homônimo de Paulo Lins, contudo foram feitas algumas

modificações, como a alteração da pessoa narrativa, cortes e modificações no enredo da história e repetições de cenas.

A primeira modificação feita foi quanto a pessoa narrativa, visto que no livro o narrador está fora da ação, enquanto no filme utiliza-se um narrador protagonista: Busca-pé. Morador da Cidade de Deus, Busca-pé narra a história do surgimento do conjunto habitacional na década de 60 e dos primeiros bandidos que lá surgiram, dentre os quais um deles era seu irmão, Marreco. Junto do irmão de Busca-pé, sempre andavam Alicate e Cabeleira que cometiam vários roubos, principalmente a caminhões de gás, nas imediações da favela. Os bandidos, nomeados no filme como o Trio Ternura, sempre eram acompanhados pelos meninos Dadinho e Bené (irmão de Cabeleira).

Dadinho, como era apenas criança, apenas olhava os crimes cometidos pelo trio, sem participar ativamente, até que o menino sugeriu aos bandidos um assalto ao motel das imediações. Frustrado por ser impedido de participar da ação, pois ficaria apenas do lado de fora do estabelecimento para avisar aos assaltantes se a polícia aparecesse, Dadinho deu um alarme falso, entrando no motel logo em seguida e matando todos os frequentadores e funcionários.

Após o assalto, Alicate desistiu da vida de crimes tornando-se religioso, Dadinho foi dado como morto pelo trio e Marreco voltara a trabalhar com o pai vendendo peixe na rua. Entretanto, este último, após ser descoberto como amante da esposa de Paraíba, ia fugir da favela, mas antes encontrou Dadinho, vivo e cheio de dinheiro. Como sempre, Marreco bateu na cara do menino e lhe roubou o dinheiro, porém, dessa vez, o menino não ficou quieto e matou o bandido. Por fim, Cabeleira foi morto pela polícia enquanto tentava fugir da favela junto com sua namorada Berenice.

A segunda parte do filme se passa nos anos 70 e vemos pela primeira vez a invasão de Dadinho/Zé Pequeno a boca do Neguinho. A cena ocorre com Busca-pé indo até a boca comprar um baseado para a menina na qual ele estava interessado. Quando o narrador-personagem entra, ouvimos alguém bater com força na porta e, por isso, Neguinho engatilhou a arma e ficou apreensivo, entretanto, quando abriu a porta viu que se tratava do amigo Dadinho, relaxou e seguiu o seguinte diálogo:

“Neguinho: Porra Dadinho, como você chega assim na minha boca.

Dadinho: Quem falou que a boca é tua, rapá?”

A partir daí, há um corte para que Busca-pé conte a história de como Neguinho tornou-se dono da Boca dos Apês. A narrativa termina quando Neguinho perde a Boca para Zé Pequeno e vemos a repetição da cena e a continuação do diálogo transcrito acima:

“Comparsa de Dadinho (imitando o traficante): É quem falou que a boca é tua?

Neguinho: Qualé Dadinho?

Dadinho: Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”

Novamente há um corte, mas agora Busca-pé contará a história de Zé Pequeno. A história começa com Dadinho matando as vítimas do motel e, em seguida, assaltando aqueles que paravam para ter o serviço de engraxate com ele e Bené. A narrativa continua e agora Dadinho com 18 anos e já é “um dos bandidos mais respeitados da Cidade de Deus” e um dos “assaltantes mais procurados do Rio de Janeiro”. Durante a comemoração do seu aniversário, Dadinho tem a ideia de se tornar traficante, matando os traficantes da Cidade de Deus e tomando a boca deles. Entretanto, antes de concretizar os seus planos, Dadinho vai para um terreiro de umbanda onde ouve o Exu das Sete Caldeiras e recebe o novo apelido “De menino não se chama mais Dadinho, de menino chama Zé Pequeno, Zé Pequeno, Zé Pequeno pra crescê, Zé Pequeno”. Assim que sai do terreiro, Zé Pequeno já vai concretizar o seu plano de matar todos os traficantes da Cidade de Deus.

Novamente vemos a repetição da cena com Busca-pé e Neguinho na boca dos Apês com a continuação do diálogo

“Dadinho/Zé Pequeno: Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!

Comparsa de Dadinho: (repetindo) é o nome dele é Zé Pequeno, ta entendendo?

Zé Pequeno: (apontando a arma) E tu vai cá filha da puta.

Bené: Mata não, mata não que ele já entendeu. Não é não, Neguinho?

Neguinho: pode ficá com a boca aí que eu não quero nada não. Vou sair saindo que eu não quero arengação, valeu?

Zé Pequeno: (dá um tiro na perna de Neguinho) Tu vai ficá vivo Neguinho, mas vai ficá vivo aqui, trabalhando pra nós, ta escutando?”

A cena termina com Zé Pequeno dizendo a Busca-pé, que já estava de saída, que era para ele espalhar que agora a Boca dos Apês era do Zé Pequeno, e que agora além de maconha, eles venderiam cocaína.

A narrativa continua com Bené e Zé Pequeno sendo os maiores traficantes da região, até que Bené foi morto por acidente no lugar de Zé Pequeno e esse foi morto pela Caixa Baixa¹³, após a guerra com Mané Galinha.

A polêmica dos direitos autorais.

Como dito anteriormente, a primeira edição do livro de Paulo Lins trazia os nomes (apelidos) reais das pessoas que viveram desde a época de implantação do conjunto habitacional até o fim da guerra entre os grupos de Zé Pequeno e de Mané Galinha, contudo eles foram alterados na segunda edição do livro, visto que o escritor foi processado por diversos moradores que diziam que ele ganhou dinheiro expondo a imagem/história deles internacionalmente.

A própria Alba Zaluar (2003) em um direito de resposta publicado com o nome de *Em nome da ética* no site Viva a Favela, disse sobre Ailton Batata – a única pessoa que teve o nome trocado para Sandro Cenoura, no livro e no filme, pois é a única pessoa viva que participou do conflito:

É um caído que não tem um tostão e que não sabe como vai sobreviver depois que sair da prisão em breve por ter recebido indulto presidencial pelo bom comportamento. O que Ailton vai receber por ter tido a sua estória de crimes, também recheada pela licença poética e pelos esquecimentos e ruídos provocados na memória dos que contaram essa estória para nós, narrada para o mundo inteiro justo agora? Por que não incluir no tempo de paz e amor o pagamento de uma indenização justa a todos eles que inspiraram uma história tão forte e mostraram ao mundo as misérias de um conjunto habitacional da década de 60 e 70?

¹³ A Caixa Baixa era formada por crianças que não tinham dinheiro para alimentar o vício em maconha e nem sequer para se alimentar, por isso faziam pequenos furtos dentro da favela, o que irritava Zé Pequeno que não queria nenhum tipo de crime que pudesse atrair a atenção dos policiais.

Paulo Lins (2003), por sua vez, em um texto publicado com o título *Dos perigos do sucesso* diz que a indenização estava sendo paga, mas não individualmente, mas sim para toda a Cidade de Deus:

Quanto ao “pagamento” às pessoas que inspiraram os meus personagens, ele já está acontecendo e é para a Cidade de Deus em geral. Tenho notícias de que a Prefeitura do Rio já se disponibilizou para projetos em Cidade de Deus. O governo federal está em extremado esforço para lá investir em projetos sociais e culturais. Foi e é essa a minha intenção, que todos ganhem de fato o que lhes é de direito, que realmente todas as esferas públicas e a sociedade civil façam o que têm de fazer. Esse é o objetivo de toda e qualquer arte social. Quando MV Bill faz os seus Clips e Raps é com o mesmo objetivo. Não podemos achar outra coisa.

O autor do livro *Cidade de Deus* ainda acrescenta no texto intitulado *Fôlego no fim* que Alba e Luiz Schwarcz o avisaram sobre o uso dos nomes, mas que, segundo ele,

os nomes citados no Romance já eram de domínio público e não coloquei nenhum nome de batismo. Quanto ao nome Cidade de Deus, coloquei por sugestão do meu editor, por achar mais político e isso vem se demonstrando pelo conjunto de ações que tanto o governo municipal quanto o federal estão se mobilizando para implementá-las.

Além do que, como Lins (2003) diz no texto publicado no site Viva a Favela intitulado *Dos perigos do sucesso*, o livro que ele escreveu não pretende contar a “realidade nua e crua”, mas sim que pretendeu escrever uma história verossímil como tantas outras. Tal opção, segundo o autor, o autoriza a criar e a modificar as histórias para que seja possível “dar andamento à narrativa”.

Por meio das críticas e da polêmica em torno dos direitos autorais, é possível ver que isso só ocorreu devido ao problema da oposição entre o nome próprio e os apelidos. Dizemos isso, pois para Paulo Lins, seria mais grave colocar o “nome de batismo”, como ele chama o nome próprio de pessoa, do que os apelidos, visto que os apelidos “que aparecem no filme e no livro são bastante comuns e frequentes nas favelas” e, por isso, não haveria problemas em usá-los. Desse modo, é possível perceber que Paulo Lins desconsidera que, tal qual os apelidos, os nomes próprios inscritos na certidão de nascimento também se repetem, de modo que sujeitos diferentes podem ter um mesmo nome. Entretanto, quando nos referimos a um sujeito, seja pelo nome próprio ou pelo apelido, desconsideramos que podem existir outras pessoas com tais nomes, visto que,

junto com o nome, a nossa memória retoma discursos já produzidos por esse sujeito, de modo que ele nunca poderia ser outro.

Retomando o pensamento de Guimarães (2002) o nome próprio é uma forma de identificação social do objeto nomeado e que o nome próprio de pessoa é ainda mais interessante, porque “o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação. Ou seja, passa a ser uma questão do sujeito”. Desse modo, poderíamos considerar os apelidos presentes no filme Cidade de Deus também como formas de identificação social do sujeito. Porém, não se trata de uma identificação jurídica, de uma identificação perante o Estado, mas sim perante os grupos pelos quais ele circula.

Capítulo 4 – Os nomes próprios de pessoa e apelidos

Nomes próprios e apelidos

O dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa define a locução “nome próprio”, como sinônimo de substantivo próprio, da seguinte forma:

o que se aplica apenas a um ser ou a uma coisa tomados em particular e sem significação intrínseca (ou seja, sem caracterizar o que é próprio do ser ou da coisa), e que, se é aplicado a outro, é por coincidência ocasional (são os nomes de batismo, sobrenomes, nomes de dinastias, povos, países, regiões geográficas, cidades, logradouros, rios, obras literárias etc.)

Dessa forma, o dicionário traz o nome próprio como algo isento de significação/sentido e de historicidade (não considerada como história cronológica e factual, mas como relação constitutiva entre linguagem e história), visto que “se é aplicado a outro, é por coincidência ocasional”. De outro modo, CUNHA (2006:132) traz a importância dos nomes para as civilizações Greco-romanas, dizendo que essas acreditavam que o nome incorporava e transmitia ao ser nomeado as “qualidades fonéticas, semânticas, culturais e espirituais a ele associadas”, além de algumas expressões latinas como “*Nomen et omen habet* (Seu nome é tirado da realidade)” sugerirem “uma íntima relação entre nome e conhecimento, entre nome e realidade, entre nome e verdade, entre *appellatio* e *significatio*, o que conferia à palavra, ao nome, um papel que transcendia o papel da referência.”.

Guimarães (2002:36), por sua vez, traz a questão do nome próprio como um “processo de identificação social do que se nomeia” o que, segundo ele, “ganha contornos especiais e muito particulares no caso dos nomes próprios de pessoa porque, nesse caso, o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação. Ou seja, passa a ser uma questão do sujeito”.

Se Guimarães (*ibidem*) discute a questão do nome próprio de pessoa atribuído por um locutor-pai como sendo um processo de identificação social que se dá no processo social de subjetivação, penso que quando um sujeito é renomeado por meio de apelidos, ocorre um deslocamento da sua posição-sujeito no discurso, de modo que ele

fala diferentemente e isso pode, inclusive, mudar as relações de poder dentro de um grupo.

Os apelidos, entretanto, não se enquadram em uma única categoria, visto que existem diferentes formas de construí-los e também diferentes sentimentos ao atribuí-los. Quanto a estrutura dos apelidos, existem inúmeros modos de formá-lo, seja pela substituição do sobrenome pelo nome – como acontece no serviço militar, por exemplo – pelo acréscimo do diminutivo, geralmente atribuídos pela família, caracterizando-se como apelidos carinhosos (como no caso da mãe de Zé Pequeno que o chama de Eduardinho). Existem também os apelidos depreciativos, construídos a partir de características físicas, psicológicas ou ideológicas; muito presentes nas escolas brasileiras. Tais apelidos estão muito presentes nesta instituição e, na maioria das vezes, são vistos como inofensivos e engraçados, apesar de deslocarem a posição-sujeito da vítima que antes falava da posição de um aluno dentre vários, mas que agora é visto, é marcado, pela sua diferença, o que é materializado no seu discurso.

Em seu livro *Como se tornar o pior aluno da escola*, Gentili (2009:100) naturaliza essa questão do apelido, dando uma série de dicas de como, segundo ele, é possível se tornar o pior aluno da escola. Essa posição, que na concepção do autor é positiva, é conquistada de diversos modos inclusive colocando apelidos nos outros alunos. Segundo Gentili (idem:101-102) existem dois tipos de apelido “Os que mostram a qualidade de uma pessoa” e “os que mostram os defeitos de uma pessoa” e cabe ao pior aluno da escola atribuir apelidos que “mostram os defeitos de uma pessoa”. Desse modo, ele traz o que ele chama de “fórmulas apelidísticas”:

ABREVES.: abrevie termos ofensivos. Exemplos: Zaro (Zarolho)/ Hemo (colega que operou hemorróidas)

AMÁLGAMA: junte os defeitos criando uma nova forma. Técnica perfeita para quem tem mais de um defeito saliente. Exemplo: Gordo orelhudo = bola de quadribol.

ANTÔNIMOS CASADOS: combine uma coisa estranha dentro de algo inusitado e faça dessa cena bizarra o apelido. Exemplos: Gordo = baleia + Tobaágua = Estraga prazeres de parque aquático/ bafento = carniça + boca = urubu no céu da boca.

HALL DA FAMA: pegue uma celebridade que tenha a ver com o defeito do colega e acrescente a ofensa. Exemplos: Sem graça = Didi Bocó/ Nerd chato = Harry Porre.

SUPERSUPERLATIVO: combine palavras sinônimas formando uma nova palavra, deixando superlativamente o exagero mais exagerado ainda. Exemplos: Gordanha (Gordo com Banha) / Magrosso (Magrelo com osso) (GENTILI, p.101-102)

Considerando que o livro se enquadra na categoria de livro humorístico, pressupõe-se que, para o autor, seria engraçado atribuir tais tipos de apelidos que ressaltam características consideradas fora do padrão.¹⁴ Este tipo de humor está baseado na naturalização que a atribuição de apelidos, muitas vezes depreciativos, sofreram em nossa sociedade. Desse modo, apelidar, mesmo que o sujeito apelidado se sinta incomodado com a nova apelidação, seria um ato natural, assim como o fato do apelidador rir do incômodo que o apelido pode causar no sujeito apelidado. Assim, podemos dizer que esse tipo de apelidação (quando o sujeito se incomoda com o apelido e, mesmo assim este é reiterado e posto em circulação) se caracterizaria como um tipo de agressão, que pode ser caracterizada como uma ocorrência de *bullying*. Muitas vezes, é possível verificar por meio da apelidação que o sujeito apelidado está sofrendo agressões e humilhações por aquele grupo, pois Almeida e Ribeiro (2011: 04) dizem que, na fase inicial do *bullying*, o agressor diz que a vítima não se importa com o apelido. Mas, segundo as autoras, é nesse momento que providências devem começar a ser tomadas, evitando essa naturalização.

Os nomes e as posições-sujeito.

Assim como Sofia, de Gaarder (1995), ao se questionar quem era ela,

Se ela soubesse! (...) E se tivesse outro nome? Anne Knutsen, por exemplo. Será que só por isso seria também uma outra pessoa? De repente lembrou-se de que no começo seu pai queria que ela se chamasse SynnØve Amundsen. Sofia tentou imaginar-se estendendo a mão e apresentando-se como SynnØve Amundsen. Não, não dava. Toda vez que pensava nisso imaginava sempre outra pessoa.

colocou o nome como um elemento principal na constituição do seu *eu*, é possível pensar que os diferentes nomes assumidos pelo sujeito durante a sua vida são

¹⁴ Além das fórmulas apresentadas acima, o autor também criou uma “tabela periódica” (vide anexo1) para ajudar o “pior aluno da escola” a verificar o que “merece virar chacota”.

determinados pelas diferentes posições-sujeito ocupadas por ele no discurso. Dizemos isso, pois o sujeito ocupa diversos lugares-sociais (mãe, pai, professor, aluno, amigo etc), construídos no interior de uma formação social, que permitem que ele ocupe diferentes posições-sujeito no ato da enunciação. ORLANDI (1999:49) exemplifica isso ao dizer que quando uma mulher fala “Isso são horas?” a partir da posição de “mãe”, quando o filho chega em casa altas horas da noite, “ela está, na posição-mãe, falando como as mães falam” e “podemos até dizer que não é a mãe falando, é a sua posição. Ela aí está sendo dita. E isso significa”.

Quando pensamos a questão da nomeação nesse âmbito, trazemos as diferentes posições-sujeito como determinantes e determinadas dos/pelos nomes próprios de pessoa (GUIMARÃES, 2002), mas não apenas dos nomes de registro, mas também dos apelidos que os sujeitos adquirem durante a vida. Esses podem ser atribuídos diferentemente em cada grupo ao qual pertence, podendo ter um apelido familiar, outro profissional, além de poder ter um diferente para cada grupo de amigos.

Os nomes próprios de pessoa, bem como o sujeito nomeado, são produzidos como efeito de evidência (Orlandi, 1996) e de unidade, de modo que a ideologia é que produz o efeito de naturalização dos sentidos. Desse modo, ao chamar um determinado sujeito de José, a historicidade desse nome é apagada e o sujeito que enuncia, segundo o que Pêcheux (1975:161) chama de esquecimento número dois, tem a ilusão de que o que ele diz tem só aquele sentido e que será entendido pelo seu interlocutor. Desse modo, ao se dizer José, esquece-se de outros nomes próprios de pessoa (Guimarães, 2002) que esse sujeito assume em outro acontecimento enunciativo.

A partir disso, podemos dizer que o sujeito, quando no acontecimento enunciativo é chamado de José da Silva por uma instituição burocrática, ou pela mãe em um momento de repreensão, coloca em circulação discursos outros de que quando é chamado carinhosamente de Zezinho pela família, por exemplo. Isso porque ele ocupa diferentes posições-sujeito que são determinantes e determinadas por esses nomes assumidos por ele.

Os nomes e o Estado

Segundo o artigo 50 da lei 9.053 de 1995, sobre o nascimento

Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório.

De modo que “o assento do nascimento deverá conter, segundo o artigo 54 da lei 6.216 de 1975,

- 1º) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximá-la;
- 2º) o sexo do registrando; (Redação dada pela Lei nº 6.216, de 1975).
- 3º) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;
- 4º) o nome e o prenome, que forem postos à criança;
- 5º) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;
- 6º) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;
- 7º) Os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal.
- 8º) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;
- 9º) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde. (Redação dada pela Lei nº 9.997, de 2000)

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015.htm#art50. Último acesso em: 15 de maio de 2011)

Podemos observar por meio de tais leis que o Estado obriga os pais a registrarem os filhos, dentro de um prazo pré-determinado, e em tal registro deve conter não só o nome e o prenome da criança, mas também dos pais, dos avós paternos e maternos e, quando “se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde”, são necessárias duas testemunhas.

Quando a criança nasce, cabe aos pais ou responsáveis registrá-la com um nome que a determinará por toda a sua vida: o nome jurídico. Esse processo de nomeação imposto pelo Estado para identificar o sujeito e inscrevê-lo no discurso jurídico, visto que agora ele terá direitos e deveres dentro do território nacional, é bastante naturalizado em nossa sociedade, de modo que raramente se pensa em mudar o nome da pessoa durante a vida, pois por mais que o sujeito receba diversos apelidos, que podem se sobrepor ao nome jurídico, ele ainda responderá por seu nome de origem. Ou seja, se

um sujeito é registrado como José Eduardo da Silva e, por algum motivo, todos o conheçam por Ricardo, em momentos formais como formaturas, casamentos, ou quando precisar responder juridicamente por algum ato, ele voltará a ser José Eduardo da Silva.

Outro ponto que mostra essa naturalização desse ato de nomear juridicamente em nossa sociedade é o fato de que a escolha de um nome para a criança é um ato bastante pensado, inclusive há muitos pais que já escolhem o nome que os filhos muito antes destes serem concebidos, e discutido, visto que o sujeito carregará esse nome por toda a vida. E mesmo após toda essa reflexão, mal a criança é registrada, os pais já atribuem apelidos familiares, como Dudu, Duzinho para Eduardo ou Ju para Júlia ou Juliana. Desse modo, vemos que a escolha do nome é atravessada por um discurso jurídico, que visa à unidade e à estabilidade do sujeito, quando este é um ser complexo e está sempre inscrito na equivocidade da língua.

Capítulo 5 – Os nomes em Cidade de Deus

O que é real e o que é fictício?

Trabalhar a questão dos nomes dos personagens do filme e do livro *Cidade de Deus* é uma tarefa árdua, uma vez que a linha que separa o real do fictício é bastante tênue. O escritor, Paulo Lins, disse em entrevista a revista Caros Amigos em maio de 2003, que fez uma ficção, mas que para despertar o interesse da população pela leitura, colocou nomes e apelidos reais:

Teve nome que eu botei o verdadeiro. Mas não são as pessoas, eu estava uma situação muito infantil. Sou apaixonado por livros, queria que o pessoal lesse. Aí tem um lá que chegou pra mim e falou: "Mas, então, Paulo Lins, tu vai fazer um livro, mas ninguém lê aqui". "E se eu botar o nome de algumas pessoas?" Aí ele disse: "É, bota o nome de algumas pessoas". Eu disse: "Mas não é a pessoa, eu criei, inventei esse personagem". "Bota os nomes, bota os nomes, que o pessoal vai ler." (...) Aí eu botei o nome. Mas não são esses personagens. Eu criei. Mas ninguém leu, não adiantou nada, só veio processo.

Apesar de o autor dizer que os personagens são fictícios, muitas pessoas se reconhecem em personagens do filme de Fernando Meirelles, e, justamente por isso, Lins é alvo de vários processos. Na entrevista a Caros Amigos, o autor conta um caso emblemático "Aí eu estava no carro, com minha mulher e minha filha, veio um sujeito bêbado: "Paulo Lins, eu sou parceiro, tu não ganhou o Oscar, mas tu é do coração. O Oscar brasileiro é meu. Você falou de mim..." e Lins continua dizendo que depois que saiu o filme muitas pessoas dizem "“eu sou fulano”, “eu sou sicrano”" e que teve "um caboclo que pediu 900.000 de direitos e não tem o nome no livro".

Tal afirmação de Lins é interessante, pois mostra o quanto a questão do nome é importante no reconhecimento de direitos autorais, por exemplo, uma vez que o argumento do autor de que o "caboclo" não poderia exigir os 900.000 é de que o nome dele nem sequer estava no livro. Entretanto, podemos parafrasear a frase da seguinte forma "o caboclo que pediu dinheiro tem sua história contada no livro, mas não está identificado nela" e chegar à conclusão de que o que identifica o sujeito é o seu nome e não a sua história de vida.

Em outro momento, Lins fala que Alba Zaluar e Luiz Schwarcz alertaram-no a respeito dos nomes, porém “os nomes citados no Romance já eram de domínio público e não coloquei nenhum nome de batismo”¹⁵. Diante dessa afirmação, é interessante pensar o que seriam esses “nomes de domínio público”, visto que a questão do domínio público geralmente é empregada em situações em que existe uma obra material, sendo ela um livro, um filme ou uma foto, por exemplo. Por mais que não seja a intenção desse trabalho discutir o que se enquadraria sob égide do domínio público, não podemos deixar de ressaltar os sentidos que circulam em torno dessa afirmação de Lins, uma vez que a história de vida de um sujeito seria considerada uma obra, cujo título poderia ser o nome/apelido desse sujeito que viveu. Porém, mesmo que isso seja aceito, para a Lei nº 9.610 de 1998 uma obra somente é considerada de domínio público após 70 anos da morte do autor. Desse modo, o nome/apelido e a história de vida do sujeito só seria de domínio público após 70 anos da morte do sujeito em questão. Também poderíamos considerar que Lins fala de nomes de domínio público indicando que esses nomes já são reconhecidos pela sociedade diante da ampla circulação e repetição dos mesmos. Entretanto, justamente por serem nomes de fácil reconhecimento, criar uma obra de ficção em que eles apareçam fará com que os leitores tenham tal história como verdadeira, não separando o que é real do que é fictício.

Essa mescla do real com o fictício já é uma característica das histórias que circulam oralmente, tal como a da guerra entre Zé Pequeno e Mané Galinha. Antes e depois do lançamento do filme, muito se dizia sobre Zé Pequeno, Mané Galinha dentre outras pessoas que são representadas no filme e, muitas vezes tais informações são conflitantes, visto que ao mesmo tempo que temos representado um Zé Pequeno cruel e que não era capaz de amar ou ser amado por qualquer mulher, temos o depoimento de Cláudia (nome fictício), filha de uma de suas “mulheres” - visto que o traficante mantinha várias casas e amantes - a quem Zé Pequeno “tratava muito bem” e temos o de outro morador que diz

que essa imagem de assassino implacável de Zé Pequeno simplesmente não existia. “Ele era um cara maneiro. Não cheirava, não usava cocaína”, diz o

¹⁵ LINS, Paulo. “Folego no fim” disponível em http://acervo.vivafavela.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1416&sid=87&in_foid=26249. Último acesso em 09/07/2011

morador, um insuspeito professor de futebol de jovens que briga para não deixar as crianças caírem na marginalidade.

[Ele] lembra, saudoso, da década de 60: "Não se via criança no tráfico de drogas. Muitas vezes, elas eram repreendidas pelos próprios traficantes, por estarem perto de um deles".¹⁶

Já Paulo Lins, também morador da favela e responsável por fazer diversas entrevistas com moradores a pedido de Alba, diz que

Zé Pequeno, tanto no livro como no filme, aparece muito melhor do que na realidade. Os mais antigos moradores sabem disso em Cidade de Deus. Como é que uma só pessoa pode promover mandos e desmandos arbitrários num conjunto habitacional que na época possuía mais de cem mil habitantes sendo bonzinho?¹⁷

Desse modo, fixar apenas em um registro escrito um dos discursos produzidos a respeito do que aconteceu entre Zé Pequeno e Mané Galinha, ainda mais com trechos que, segundo o autor do livro, são ficcionais é bastante polêmico visto que os outros discursos, serão silenciados.

A força do apelido Zé Pequeno e o silenciamento do nome jurídico

Descobrir o nome jurídico de Zé Pequeno não se mostrou uma tarefa fácil. Apesar dos nossos esforços de pesquisa, o máximo que conseguimos foi saber, por meio do apelido familiar “Eduardinho”, presente em um único momento da primeira edição do livro de Lins, que Zé Pequeno tinha “Eduardo” no nome. Apesar da pesquisa em jornais da época e em depoimentos de moradores do conjunto habitacional, em nenhum momento surge o nome jurídico do traficante, de modo que podemos dizer que esse nome é apagado, silenciado. Em contrapartida, o apelido Zé Pequeno é sempre reiterado, sendo que em raros momentos o apelido Dadinho é colocado em circulação.

Em um artigo intitulado “Nomes vão, apelidos ficam” do site Viva a Favela, Vanessa Campanario traz a história de três pessoas que moram em comunidades do Rio de Janeiro e que são muito mais conhecidas por seu apelido do que pelo nome jurídico.

¹⁶ Lara, Dayse & Oliveira, Tetê. “O filme da memória”. 2006. Disponível em: www.vivaafavela.com.br

¹⁷ Lins, Paulo. “Dos perigos do sucesso” 2003. Disponível em: www.vivaafavela.com.br

Um caso emblemático é o do fotógrafo Ratão que quando se profissionalizou decidiu adotar o apelido como assinatura, deixando de lado o nome jurídico. Segundo ele

Meu maior desejo sempre foi o reconhecimento dentro da minha comunidade e familiares. Então, quando eu percebi que os meus vizinhos não me identificavam na fotografia, ainda que constasse o nome de registro nos créditos, fiquei incomodado. Senti pela primeira vez o quanto era importante a presença do apelido na minha história.

Desse modo, Ratão não era identificado por seus amigos e familiares quando usava seu nome jurídico para assinar as fotos e isso o incomodava, por isso, decidiu abolir a assinatura jurídica para assumir o apelido.

Por meio desta história, podemos verificar a importância que os apelidos têm dentro das comunidades, de modo que o reconhecimento se dá pelo apelido e não pelo nome jurídico, que é silenciado. Desse modo, é possível dizer que a repetição do apelido e o silenciamento do nome jurídico, não são exclusivos de Zé Pequeno, mas algo que caracteriza as pessoas inscritas nessa formação discursiva. O que muda no caso de Zé Pequeno é que o apelido não foi dado por um grupo de amigos ou pela família, mas sim durante uma cerimônia religiosa. Além disso, o apelido de Pequeno não se estabilizou naturalmente, por meio da repetição voluntária do apelido pelas outras pessoas, mas sim por meio do medo e da coerção física.

Outro ponto passível de reflexão é o fato de nas comunidades o ato de dar apelidos ser corriqueiro, “por causa do aglomerado de pessoas que têm o mesmo nome (...) o apelido acaba sendo uma forma de resolver o problema dos nomes iguais”¹⁸. Desse modo, poderíamos dizer que além da imposição violenta do apelido feita por Pequeno, esse o gesto de atribuir apelidos é necessário dentro destas comunidades que têm tantas pessoas com o mesmo pré-nome e até mesmo com pré-nome e sobrenome idênticos.

Além de tudo, não poderíamos deixar de mencionar que o apagamento do nome jurídico, como dito anteriormente, é um recurso muito usado pelos bandidos para que o seu reconhecimento jurídico seja dificultado quando de um processo criminal. Desse modo, é comum a atribuição de apelidos que identifiquem o criminoso dentro da bandidagem, mas que não sejam facilmente reconhecidos pelo Estado. Por outro lado,

¹⁸ Campanario, Vanessa. “Nomes vão, apelidos ficam”. (2009). Disponível no site www.vivaafavela.com.br

alguns apelidos, quando já identificados pelo Estado, acabam servindo como um “nome de guerra” que não servem apenas para se referir ao sujeito, mas também para mostrar o grau de periculosidade que ele representa perante a sociedade. Tal qual o que aconteceu com Zé Pequeno, nesses casos o apelido serve para impor uma nova posição de poder dentro da sociedade.

Capítulo 6 – “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”

De menino não se chama mais Dadinho, de menino chama Zé Pequeno

Tanto a cena de batismo de Zé Pequeno quanto a da afirmação do bandido perante Neguinho são importantes para o desenvolvimento do filme, visto que após a primeira temos um deslocamento do personagem que agora se tornou ainda mais violento enquanto na segunda vemos a necessidade que o bandido tem de que os demais moradores da Cidade de Deus o reconheçam nessa nova posição.

Na primeira cena, temos Dadinho, que acabara de completar 18 anos, indo até o centro de Umbanda para que conseguisse mais poder, visto que já planejava ser um dos maiores traficantes do conjunto residencial. Já no centro, Dadinho ouve o Exu das 7 Caldeiras que lhe dá um colar protetor e rebatiza Dadinho:

“De menino não se chama mais Dadinho, de menino chama Zé Pequeno, Zé Pequeno Zé Pequeno pra crescer, Zé Pequeno.”

Ao ir ao centro de Umbanda para receber a proteção desejada, Dadinho já se submete e se inscreve a um discurso religioso. Segundo Althusser (1969:68-70) a igreja seria um dos Aparelhos Ideológicos do Estado que

funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica. (...) Desta forma, a Escola, as Igrejas ‘moldam’ por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc... não apenas seus funcionários mas também suas ovelhas. (*idem* :70)

Desse modo, assim que Dadinho se inscreve no discurso religioso, ele também é ‘moldado’ pelo discurso e por isso, mesmo já sendo “um dos bandidos mais respeitados da Cidade de Deus” assume, sem questionar, o novo apelido e, mais do que isso, obriga que todos aceitem e repitam o apelido: Zé Pequeno.

É importante ressaltar que esta não é uma situação isolada, mas apenas vem confirmar alguns rituais religiosos que visam inscrever o sujeito na religião para que ele possa ter a proteção divina. No caso do filme, tivemos o batismo de uma pessoa adulta em um centro de umbanda, mas também temos situações semelhantes em igrejas evangélicas e católicas, por exemplo. No primeiro caso temos um sujeito adulto que aceita se inscrever nesta religião e por isso “aceita Jesus” ao ser mergulhado em água e no segundo, ainda bebê, os pais dele o levam a igreja, onde recebe o batismo quando o líder religioso derrama água sobre a testa da criança.¹⁹ O que temos de diferente entre estes exemplos e a situação mostrada no filme é que não há a atribuição de um novo nome para a criança, pelo menos não na atualidade, visto que no início dessas religiões temos uma nova atribuição de nomes feita por Deus aos seus discípulos como em “O teu nome é Jacó; não te chamarás mais Jacó, mas Israel será o teu nome. E chamou-lhe Israel” (Gen. 35:10)

“Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra”

A presença de palavras nos enunciados

Neste trabalho, concebemos o palavrão como um termo complexo, visto que pode adquirir outros sentidos que não os literais, além de funcionar de diferentes modos dentro do enunciado. (MAIOR, 1990: 03) citando um juiz da 8ª Vara criminal da Guanabara, diz que

a semântica do palavrão oferece margem a um estudo de muito interesse, porque há um visível enfraquecimento de sentido da palavra. Existe até palavrão carinhoso, pois nem sempre o palavrão significa realmente, o que sua literalidade quer dizer. É uma interjeição lançada pelo homem zangado, decepcionado, irritado, surpreendido por uma situação inesperada, por um choque ou dor momentânea

Do mesmo modo, o autor (*op cit.*) continua a sua argumentação em torno do palavrão dizendo que este “nunca teve seu uso tão generalizado quanto hoje, simplesmente porque o povo é quem faz a língua que fala, quem dá o colorido, o pitoresco da língua e do palavrão”. Por meio desta fala, podemos ver que o autor

¹⁹ Esses exemplos podem sofrer variações de acordo com a instituição religiosa que as realiza.

defende o uso do palavrão, assim como das outras palavras que vão adquirindo outros sentidos dependendo dos sujeitos que os reproduzem e das condições de produção do enunciado. E é justamente nesse ponto que nos ancoramos para fazer a análise do enunciado dito por Dadinho/Zé Pequeno.

Palavrão como forma de ênfase

O enunciado acima é repetido, como já dito anteriormente, duas vezes no filme, o que mostra a sua importância para o desenvolvimento da trama. Quando Dadinho recebe um novo apelido no centro de umbanda, ele necessita que não só ele, mas todos na Cidade de Deus aceitem essa mudança, esse deslocamento sofrido por ele. Essa aceitação era necessária, pois apenas com a repetição pelo outro que lhe é exterior, que o apelido ganha sentido, visto que é o outro o responsável por colocar o apelido em circulação.

Diferentemente do nome atribuído pelos pais, que é aceito por toda a sociedade no momento do registro de nascimento, o novo apelido de Dadinho precisou ser imposto, não só por meio de coerção física (da quadrilha que acompanha Zé Pequeno e da arma empunhada por ele), mas também pela língua. No enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!” temos o segundo palavrão posto como uma forma de ênfase, como a necessidade de reforçar o já-dito. Parafraseando este trecho teríamos:

(...) Meu nome agora é Zé Pequeno, entendeu?

(...) Preste atenção: agora meu nome é Zé Pequeno!

(...) Lembre-se de que agora meu nome é Zé Pequeno!

(...) É importante que você lembre que agora meu nome é Zé Pequeno!

(...) Meu nome agora é Zé Pequeno e quem manda aqui sou eu!

(...) É imprescindível para a sua sobrevivência que você se lembre que o meu nome agora é Zé Pequeno!

Considerando a paráfrase como uma substituição, que aponta para uma relação outra de sentido, mobilizando o efeito metafórico para pensar a tensão mesmo/diferente e este como um “fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual,

lembrando que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do sentido designado por x e y” como Orlandi (1996 p.80) diz retomando Pêcheux (1969), vemos os efeitos de sentido que o palavrão “porra” assume neste enunciado. Desse modo, essa palavra teve um deslocamento, de modo que seu funcionamento enunciativo não se aproxima do seu sentido fisiológico dicionarizado e nem se resume a uma ofensa, mas funciona como uma ênfase, que produz um efeito de coerção.

A primeira paráfrase, o primeiro deslize de sentidos, construída(os) ganha reforço ao observarmos a fala do quadrilheiro que acompanha Zé Pequeno na invasão a boca do Neguinho e repete a fala do bandido já produzindo um deslizamento do sentido “é o nome dele é Zé Pequeno, ta entendendo?”.²⁰ Entretanto, continuamos parafraseando o enunciado para que ele adotasse um tom não interrogativo, mas exclamativo como o enunciado de origem. Por fim, concluímos nossa análise deste trecho incluindo a frase “imprescindível para a sua sobrevivência” ao enunciado, diante da linguagem corporal adotada pelo traficante ao proferir este enunciado, visto que ele tem um olhar agressivo, o corpo ereto e o rosto levantado em posição de poder diante de Neguinho; e também pelo enunciado seguinte proferido pelo traficante ao elevar a sua arma “E tu vai caí, filha da puta!”.²¹

Ainda pensando na paráfrase como uma substituição, que aponta para uma relação outra de sentido, é importante ressaltar que caso o traficante trocasse o seu enunciado por uma das paráfrases acima, seriam produzidos outros efeitos de sentido, visto que a fala perderia o seu poder coercitivo. O palavrão usado é uma das marcas que possibilita que ele assuma a sua posição de poder, que não é sutil como a das relações sociais, mas é um poder imposto pelo medo. Caso Zé Pequeno usasse o enunciado “Meu nome agora é Zé Pequeno, entendeu?” ele daria margem para que o seu interlocutor participasse do acontecimento enunciativo e respondesse “sim, entendi”, “não, não entendi” ou mesmo “não entendi. Por que você mudou de apelido?”. Contudo, não é isso que o traficante quer, mas sim expor uma ordem que não seja passível de contestação.

²⁰ É importante ressaltar que essa não é a primeira vez que o quadrilheiro repete a fala de Zé Pequeno, mas na cena anterior, quando chefe da quadrilha pergunta a Neguinho “E quem falou que a boca é tua, rapá”, o rapaz também havia repetido dizendo “É quem falou que a boca é tua?”

É importante ressaltar, também, que a posição corporal adotada pelo traficante e a forma como ele pronuncia o enunciado – marcando por um tom de voz elevado e uma cadência de fala, quando ele pronuncia os palavrões, que permitem identificarmos as sílabas de cada palavra – marca a coerção pelo medo que Zé Pequeno deseja imprimir sobre os demais habitantes da Cidade de Deus. Frisamos isso devido ao fato do uso de palavrões, principalmente o “porra” ser comum entre os habitantes do Rio de Janeiro, como podemos ver em um texto postado por Oliveira (2009), não carioca, no blog “Revolução 29” falando sobre os habitantes do Rio que falam muito palavrão, de modo que

o mais usado e preferido por 101,5 % [dos habitantes] é “PORRA”, tipo se eles vão ao restaurante e perguntam-lhes o que vão comer, logo responde: arroxxx[sic], porra, feijão, porra, macarrão, porra, carne, porra e na sobremesa porra, sei lá, porra, traix[sic] qualquer merda aí porra!

E também nos *posts* de cariocas reafirmando o uso excessivo de tais palavrões “porra, carioca porra!! é verdade nós falamos porra pra caralho!!”

Palavrão com forma de (de)negação?

Retomando o enunciado original, “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”, temos outro palavrão, mas que funciona diferentemente do acima analisado, visto que ele não funciona como ênfase, mas como negação do enunciado anterior. Quando Neguinho diz “Qualé Dadinho?” interrogando o traficante do porquê dele estar tomando a boca de um amigo, Zé Pequeno responde negando o nome Dadinho dito por seu interlocutor por meio da palavra “caralho” presente no enunciado “Dadinho é o caralho”. Desse modo, poderíamos parafrasear o enunciado da seguinte forma:

Dadinho não, meu nome agora é Zé Pequeno.

Ou mesmo também poderíamos parafrasear como

Dadinho era no passado

Entretanto, a primeira paráfrase negaria o nome, mas o sentido seria deslocado, visto que o palavrão também traz a voz de poder do traficante para com o dono da boca. O segundo, por sua vez, retoma a historicidade desse sujeito que já falou da posição Dadinho, mas que agora ocupa a de Zé Pequeno. Contudo, é possível silenciar o nome Dadinho, mas não apagá-lo do interdiscurso, de modo que não é possível relegar o nome Dadinho a apenas um passado, pois ele ainda produz efeitos de sentido para/no sujeito. Assim, podemos ver alguns dos deslizes de sentido possíveis deste enunciado, mostrando como ele está posto no equívoco da língua.

Desse modo, quando Zé Pequeno nega o seu primeiro nome, ele não nega apenas o sintagma “Dadinho”, mas toda a historicidade que esse nome traz, inclusive a que abrange a amizade com Neguinho. Diante disso, se tomarmos a noção de denegação que segundo Agustini (1999:18) é

um processo discursivo de administração de dizeres-e-sentidos-outros provenientes de discursos-outros (outros lugares de significação) que participam da constituição do sujeito, mas que não lhe são identificados-reconhecidos-aceitos no gesto de interpretação erigido pela tomada de posições assumidas e reconhecidas pelo sujeito falante.

o apelido “Dadinho” constitui Zé Pequeno, mas ele não mais reconhece essa designação e, por isso, não mais se identifica dessa forma denegando o discurso proferido pelo Neguinho. Ou se retomarmos a noção de denegação posta por Freud (1925:146) no Artigo “A negativa” poderíamos dizer que o que o personagem denega o reprimido que só vem a consciência por meio da negativa. Para explicar essa questão do reprimido, Freud cita como exemplo o caso de um paciente que responde a uma pergunta da seguinte forma “O senhor pergunta quem pode ser essa pessoa no sonho. *Não* é minha mãe” e o analista, desse modo conclui que “Então, é a mãe dele”. Segundo Freud (1925, p.146) é dessa forma que o analista tem contato com o inconsciente do paciente, pois é justamente o que ele nega que está reprimido. Assim, no caso da nossa pesquisa, Dadinho seria um nome reprimido pelo personagem que não mais quer ser identificado-reconhecido-aceito por esse nome, negando o caráter familiar que esse apelido possa ter. Entretanto, o enunciado em questão não surgiu em uma situação de análise, como a feita por Freud (1925), e por isso seria inadequado usá-la de modo aplicado, mas acreditamos

ser relevante o questionamento em torno do que seria uma negação e do que seria uma denegação para mostrar que negar não é simplesmente dizer não.

Por fim, analisamos a própria mudança de apelido do personagem, mostrando porque isso é relevante para o desenvolvimento da trama e como isso afeta um sujeito que desde que nos é apresentado não é chamado pelo seu nome jurídico, mas sim por um apelido que, em seguida, é modificado por um outro. Mostraremos que esses apelidos que o sujeito recebe no decorrer da vida produzem deslocamentos no sujeito, permitindo que ele ocupe outras posições-sujeito ao enunciar.

Dadinho/Zé Pequeno na boca do Neguinho: *Três repetições, três focos.*

A cena em que Buscapé está na boca do Neguinho quando Zé Pequeno e seus quadrilheiros chegam é repetida três vezes no filme. Abaixo a descrição de cada uma.

Primeira aparição

Na primeira aparição temos Buscapé indo até a boca do Neguinho comprar um baseado. O garoto entra na boca e assim que começa a falar com o traficante, batem forte e repetidamente na porta. Ao ouvir isso, Buscapé, que até então olhava para o dono da boca que estava sentado na mesa, vira rapidamente o seu rosto em direção a porta. Quando Buscapé olha novamente para Neguinho, a câmera para de focar em Buscapé e agora mostra Neguinho que já está levantado e seus gestos já não são mais lentos como no início, mas sim de exaltação e medo incitando outra pessoa, que não é mostrada, a acompanhá-lo. Nisso Neguinho pega uma arma que estava na mesa atrás dele, a engatilha sem olhar para ela, pois sua atenção está toda voltada para a porta, e afasta Buscapé da sua frente. Agora, a câmera não mais enfoca o rosto dos personagens, mas sim suas costas. Vemos Neguinho a frente de Buscapé, levantando a arma na altura do rosto, enquanto surge outro personagem, provavelmente um funcionário da boca, que olha por uma janela ao lado da porta e então decide abri-la. Quando a porta começa a ser aberta, a câmera filma a cena mais de trás, mostrando toda a boca, inclusive que ali

existe mais um funcionário que está sentado na mesma mesa em que Neguinho estava enquanto conversava com Buscapé. Assim que a porta é aberta por completo, não conseguimos ver o rosto das pessoas que lá estão, mas vemos que Neguinho se tranquiliza, uma vez que abaixa a arma e dá as costas para a porta em uma demonstração de alívio. Neguinho volta a se sentar tranquilamente, e diz “Porra Dadinho, como você chega assim na minha boca”. Nesse momento, vemos Zé Pequeno encarando Neguinho e dizendo “Quem falou que a boca é tua, rapá?” Nesse instante a cena é encerrada para que se conte a história de como Neguinho conseguiu ser dono desta boca.

Segunda repetição

Após mostrar a boca ao longo do tempo, mostrando quais foram seus donos anteriores, vemos novamente Buscapé comprando um baseado de Neguinho, contudo agora a câmera está posicionada de modo que vemos toda a boca. Vemos Buscapé em pé ao lado de Neguinho que está sentado conversando com os outros dois funcionários da boca. Nisso, ouvimos novamente a batida na porta e Neguinho se levantando para pegar a arma. A câmera fica na mesma posição da primeira cena quando Neguinho aponta a arma para a porta enquanto o funcionário da boca observa pela janela quem está batendo. Entretanto, quando a porta é aberta, a câmera permanece a mesma, então podemos ver claramente o abaixamento dos ombros e a expressão facial de Neguinho que fecha os olhos e vira o rosto, dando as costas para a porta e dizendo “Porra Dadinho, como você chega assim na minha boca”. Nesse momento, já conseguimos ver o rosto de Zé Pequeno que está com o corpo levemente curvado em direção a Neguinho e dizendo “Quem falou que a boca é tua, rapá”. Nisso, a câmera muda de posição enfoca, de baixo para cima, um quadrilheiro que está com uma arma apontada, mesmo sem olhar para o alvo, para um dos funcionários da boca e repete o que Zé Pequeno disse “É, quem falou que a boca é tua?”. Novamente temos uma mudança no posicionamento da câmera que enfoca os dois funcionários da boca, que estavam sob a mira do revólver do quadrilheiro de Zé Pequeno, sentados com as mãos para cima e com o olhar de assustados. A câmera troca de posição e enfoca Neguinho que levanta levemente os braços em sinal de inconformidade com o que está vendo e diz “Qualé,

Dadinho”. Agora a câmera enfoca Zé Pequeno que está com o corpo levemente curvado em direção a Neguinho, com o rosto levemente levantado e os olhos fixos em Neguinho. Nesse momento, Zé Pequeno diz fazendo um movimento labial exagerado, indicando ênfase, o enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”. Nesse instante a cena congela para contar a história de Dadinho/Zé Pequeno.

Terceira repetição

A última repetição começa com uma câmera nervosa oscilando entre Neguinho e Buscapé após terem batido na porta. Há um corte para mostrar a nuca de Zé Pequeno, focalizando bem a guia que ele recebeu do Exu, antes de entrar na boca. Quando a porta é aberta, não conseguimos identificar o funcionário da boca que abre, vemos só Neguinho, ainda em pé, mas já tranquilo com a situação. A câmera vira focando em Zé Pequeno quando ele diz “Quem disse que a boca é tua, rapá?”, para logo em seguida focar em Neguinho que diz “Qualé Dadinho”, voltando rapidamente para enfocar novamente Zé Pequeno que diz “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”. Logo após, a câmera se volta para o quadrilheiro de Zé Pequeno que tinha os dois funcionários da boca sob a mira do revólver que diz “É, o nome dele é Zé Pequeno, ta entendendo?”. Nisso, a câmera já volta a focar em Zé Pequeno que enquanto profere o enunciado “E tu vai caí filho da puta” levanta a sua arma, com o braço estendido, mirando em Neguinho.²² Zé Pequeno é impedido por seu comparsa Bené que abaixa o braço com a arma de Zé Pequeno intercedendo pela vida de Neguinho.

A cena e o corpo

Para produzir as descrições acima, foi necessário um esforço no sentido de ver que o corpo também tem sua materialidade significativa e produz sentidos, pois como diz Hashiguti (2008:2) “O corpo como material de linguagem, social e simbólico produz sentidos e é significado em processos complexos de memória que dizem respeito à subjetividade, à história, à sua espacialização”. Do mesmo modo, observamos que o

²² Apesar da câmera focar apenas em Zé Pequeno e Neguinho não estar enquadrado na cena, podemos inferir que ele estava apontando para Neguinho de acordo com a cronologia da história.

corpo, tal como diz Foucault (1979: 146) também é uma forma de exercer o poder. O autor mostra como nas relações de poder nos deparamos com fenômenos complexos tal qual o controle sobre o corpo, visto que

o domínio, a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder: a ginástica, os exercícios, o desenvolvimento muscular, a nudez, a exaltação do belo corpo... tudo isto conduz ao desejo de seu próprio corpo através de um trabalho insistente, obstinado, meticoloso, que o poder exerceu sobre o corpo das crianças, dos soldados, sobre o corpo sadio.

Desse modo, o autor (1979:146) conclui que “o poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo...” Partindo da ideia expressa por Foucault (*op cit*s) podemos dizer que o corpo também é a materialidade na qual o poder se inscreve, de modo que Dadinho pode se impor como Zé Pequeno, assumindo um novo lugar de poder, por meio da sua linguagem corporal.

Desse modo, devemos observar não só os enunciados produzidos oralmente na cena em questão, mas também os gestos corporais que segundo Hashiguti (2008:9) são gestos simbólicos “de linguagem”.

Um dos gestos mais significativos da cena em questão é a de exaltação e medo de Neguinho quando batem na porta. Podemos dizer que os movimentos dele têm esse sentido, pois a nossa sociedade interpreta os movimentos rápidos e o olhar fixo em algo estranho, fora do comum, como gestos que exprimem exaltação, medo. Entretanto, esses gestos não são pensados, indicando, segundo Hashiguti (2008:63) que este gesto

é constitutivo do sujeito, que é da ordem da memória discursiva. O sujeito, ao fazê-lo, não pensa que tem que assim fazê-lo, ele simplesmente o faz porque ele assim o *sabe* (discursivamente). O que vai determinar que direção ele vai seguir (...) em sua formulação são as *condições de produção* remetidas à memória

Entretanto, quando Neguinho percebe que do lado de fora da porta estava Zé Pequeno e sua quadrilha, Neguinho baixa a guarda, dando as costas para os recém chegados, abaixando a arma e desenrijecendo os ombros que agora aparecem levemente curvados para frente. O ato de dar as costas para outra pessoa traz o sentido de que aquela pessoa é de confiança e, desse modo, não atentaria contra a vida dele sem que ele pudesse ver e, assim, se defender. Contudo, a interpretação de Neguinho, materializada

no gesto, estava equivocada, pois o sujeito que estava diante da porta dele não estava ocupando a posição Dadinho, amigo de Neguinho, mas a posição Zé Pequeno, inimigo de Neguinho.

Sabemos dessa posição ocupada pelo personagem não apenas pelo enunciado dito na cena, mas também por sua posição corporal e, inclusive pelo enfoque dado pela câmera, para o olhar fixo, o caminhar lento e o corpo levemente arcado em direção a Neguinho, que permite que interpretemos estes gestos como uma forma agressiva de se dirigir ao seu interlocutor. Desse modo, podemos dizer que a projeção imaginária (Pêcheux, 1988) feita por Neguinho sobre seu interlocutor Dadinho/Zé Pequeno, estava equivocada, fazendo com que ele assumisse a posição-sujeito-amigo, enquanto o seu interlocutor ocupava a posição-sujeito-inimigo.

De Dadinho para Zé Pequeno

Quando Dadinho, um dos ladrões mais conhecidos e respeitados na Cidade de Deus, torna-se Zé Pequeno, para assumir o comando do tráfico de drogas na comunidade, não apenas o apelido muda, mas também a posição-sujeito ocupada por ele no discurso. Podemos ver na análise anterior esse posicionamento no discurso pela posição corporal, mas também podemos acrescentar o enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!” e mostrar que essa mudança de apelido do personagem determina é determinado pela posição-sujeito ocupada por ele no discurso.

Antes tinha-se “Dadinho”, um apelido que vem da abreviação Dado, tipicamente atribuída a pessoas com o nome de Eduardo acrescida da marca de diminutivo “inho”. Não há dados de como se deu essa apelidação para o personagem, contudo é possível fazer algumas hipóteses, visto que a marca de diminutivo no Brasil pode obter pelo menos três conotações: afetiva, pejorativa ou relativa ao tamanho do objeto nomeado. Araújo (2008: 30) mostra essa relação do português com o diminutivo mostrando que, nas gramáticas,

os diminutivos são apresentados como um recurso para dizer que algo é de um tamanho menor e/ou como expressão de valor afetivo ou pejorativo. A compreensão do que se entende como afetivo ou pejorativo fica prejudicada pelo fato de as gramáticas só trazerem exemplos com palavras deslocadas;

não são trazidos enunciados completos. A palavra bonitinho, por exemplo, aparece exemplificando o sentido de carinho sem estar inserida em nenhum enunciado.²³

Desse modo, podemos tanto pensar que o apelido “Dadinho” teria sido atribuído pela família trazendo, assim, uma conotação positiva; quanto que o nome simbolizaria, de modo pejorativo ou não, a baixa estatura de Eduardo.

Partindo disso, podemos observar a construção do apelido Zé Pequeno, que não guarda mais marcas do nome Eduardo, mas traz o diminutivo de Zé, o que pode tanto ter sido apenas uma atribuição do Exu, sem ligação com o nome jurídico do personagem, quanto podemos hipotetizar que o personagem tinha um nome composto como José Eduardo. Apesar disso, também foi incluído o nome Pequeno que se referia a baixa estatura do bandido, como pode ser visto no trecho

falava que ali era a Macedo Sobrinho, que fora de um cara grande, agora era de um pequeno, mas que, mesmo sendo pequeno, tinha disposição igual ou maior que a do Grande.

- A boca daqui, da nova Macedo Sobrinho, é dum cara pequeno! – dizia Dadinho.

Sim, iria agora chamar-se Pequeno, Zé Pequeno, já que a polícia sabia da existência de um tal de Dadinho que não poupava as vítimas nos assaltos (...) (LINS, P. 1997:213)

Mas agora já não estava mais impressa a marca de diminutivo, impossibilitando a interpretação de afeto tal como era possível em Dadinho.

Podemos dizer que o apelido determina a posição-sujeito porque, após receber o novo apelido do Exu das Sete Caldeiras, Dadinho ocupa um lugar social diferente, visto que agora ele deixa de ser ladrão e “*um* dos bandidos mais respeitados da Cidade de Deus”²⁴ para se tornar traficante e “*o* mais temido e respeitado traficante do Rio de Janeiro”²⁵. Além dos lugares de ladrão e traficante, o personagem deixa de ocupar um lugar indefinido dentro da bandidagem “*um* dos bandidos” para ter um lugar definido “*o* mais temido e respeitado”. Desse modo, foi o apelido o responsável por deslocar esse lugar ocupado pelo personagem e, ao mesmo, fazer com que ele adotasse outra posição-

²³ O trabalho de Araújo (2008) foi baseado na análise do enunciado “Bonitinho é um feio arrumado”, mostrando a conotação atenuadora que a palavra “bonitinho” tem nesse enunciado, o que vai no sentido contrário ao que foi apresentado na Gramática, visto que lá “bonitinho” foi trabalhado apenas com o sentido de carinhoso.

²⁴ Lins, Paulo. *Cidade de Deus*. 1ed. Companhia das Letras, São Paulo 1997. *Grifo nosso*

²⁵ Sinopse do filme disponível no site oficial. Disponível em <http://cidadedededeus.globo.com/> *Grifo nosso*

sujeito ao enunciar, visto que ele não fala mais como Dadinho falava, fato que pode ser observado pelos gestos corporais usados por Neguinho, mas sim como Zé Pequeno.

Ao mesmo tempo, a posição-sujeito determina o nome, visto que Dadinho já queria ocupar outro lugar social e, por isso, foi até o centro de umbanda falar com o Exu das Sete Caldeira que permitiu que ele ocupasse tal lugar ao apelidá-lo de outro modo.

A cena em que há o deslocamento de Dadinho para Zé Pequeno é um marco no filme, visto que fica muito claro no discurso e nos gestos do personagem a mudança na posição-sujeito dele, visto que ele é violento nas duas partes do filme, porém, quando ele assume o apelido Zé Pequeno, ele também assume uma posição de poder perante os demais moradores que agora não o vêem mais como um amigo, mas sim como alguém a ser temido.

Capítulo 7 – Considerações Finais

Os processos designativos de nome próprio de pessoa estão já naturalizados em nossa sociedade e, por isso, são importantes os trabalhos que os discutam e mostrem que os nomes/apelidos trazem uma historicidade que produz sentidos no sujeito nomeado. Além disso, os apelidos atribuídos durante a vida do sujeito produzem deslocamentos que podem ser tanto depreciativos quanto podem permitir que o nomeado/apelidado, ocupe outra posição de poder dentro da comunidade.

No primeiro caso, a apelidação surge como uma agressão verbal, típica das primeiras fases, tal como disse Almeida e Ribeiro (2011: 01), do *bullying*. No segundo caso, trabalhado mais detidamente nesta pesquisa, o nome/apelido inicial são substituídos por outro que confirmam mais poder ao sujeito, de modo que o primeiro passa a ser negado e o segundo reafirmado.

Vimos que quando o personagem decide se tornar um traficante, para ter mais dinheiro e mais poder do que um ladrão como ele tinha, Dadinho vai para um centro de Umbanda, onde tem contato com o Exu das Sete Caldeiras que lhe atribui um novo apelido: Zé Pequeno. Se antes em Dadinho, tínhamos um apelido marcado pelo diminutivo “inho” que poderia tanto ter uma raiz familiar pelo uso carinhoso do diminutivo, quanto um apelido depreciativo ou jocoso, visto que temos diferentes sentidos que podem ser interpretados a partir do diminutivo no português; agora o apelido Zé Pequeno não traz mais esta marca formal, mas sim traz o adjetivo “pequeno” que caracteriza a sua estatura, como pudemos argumentar com um trecho do livro em que Zé Pequeno diz que ali “era a Macedo Sobrinho, que fora de um cara grande, agora era de um pequeno” (LINS, P. 1997:213).

Também pudemos ver que o apelido necessita de um outro exterior que o coloque em circulação, como no caso da cena em que Dadinho/Zé Pequeno invade a boca dos apês e nega o apelido Dadinho dito por Neguinho, então dono da boca, e reafirma o seu nome apelido: Zé Pequeno. Nesta cena também vimos o deslocamento da posição-sujeito de Dadinho/Zé Pequeno por meio dos gestos corporais tanto do Neguinho quanto do próprio Zé Pequeno. Vimos que a atitude de Zé Pequeno ao invadir a boca seguido de sua quadrilha já não condizeria com uma atitude de Dadinho, o que

pudemos ver pelo enunciado “Porra Dadinho, como você chega assim na minha boca.”, mas nesse instante há o estranhamento de Neguinho quando Zé Pequeno, e não Dadinho, responde “Quem falou que a boca é tua, rapá?”. Tal estranhamento é possível de se verificar tanto pelos gestos corporais, que antes eram relaxados e agora voltaram a se contrair, quanto pela resposta de Neguinho: “Qualé Dadinho”. Nesse momento, temos a negação do antigo apelido Dadinho e a reafirmação do novo pelo enunciado “Dadinho é o caralho, meu nome agora é Zé Pequeno, porra!”, além de marcar essa nova posição que agora ele adquire no discurso, não só negando a amizade antiga com Neguinho, mas também ameaçando-o de morte “E tu vai cáí filho da puta”.

Desse modo, por meio do filme *Cidade de Deus*, de Fernando Meirelles, principalmente pelas cenas em que ele recebe o novo apelido e depois quando ele o reafirma perante seus rivais, vemos a importância que o nome/apelido tem na constituição do sujeito e, principalmente na posição-sujeito ocupada por ele no discurso. Vimos que na cena em que Zé Pequeno invade a boca dos apês, Neguinho relaxa ao saber que era Dadinho que queria entrar na boca, projetando a imagem que ele tinha do amigo. Entretanto, quem estava invadindo a boca não era mais Dadinho, mas sim Zé Pequeno que agora falava de outra posição-discursiva.

Desse modo, por meio deste trabalho, pretendíamos, através de cenas do filme *Cidade de Deus*, mostrar como os apelidos determinam e são determinados pela posição-sujeito que o sujeito adquire no discurso, entretanto nos restringimos ao personagem Dadinho/Zé Pequeno, devido a mudança de apelido explicitada no filme.

Desdobramentos possíveis

A presente pesquisa permite que se façam outras análises a respeito a nomeação/apelidação. Em primeiro lugar, observamos que os outros personagens também são chamados por meio de apelidos, o que permite uma análise não só dos gestos de interpretação possíveis a respeito dos apelidos, mas também nos permite pensar no silenciamento dos nomes jurídicos em favor dos apelidos.

Saindo do filme e indo para os livros e para a história real que ocorreu no conjunto habitacional *Cidade de Deus*, seria interessante também analisar não só a

mudança de nomes que o autor Paulo Lins empreendeu na escritura da segunda edição do livro, mas também na questão dos direitos autorais, discutindo o que são os direitos autorais e mostrando o ponto de vista do autor que dizia que as histórias dos moradores já estavam em domínio público e a dos próprios sujeito que tiveram sua vida retratada no vídeo que exigem direitos autorais sobre o que foi escrito/exibido.

Por fim, é necessário um estudo que mostre o apelido como responsável pelo deslocamento da posição-sujeito e resultando em ocorrências de *bullying* causadas pela atribuição de apelidos. Isso poderá ser feito analisando livros de piadas ou sites humorísticos que versam sobre a prática de atribuição de apelidos; pesquisando em escolas a frequência de atribuição de apelidos entre colegas e quais seriam essas novas nomeações; entre outras possibilidades de corpus, como as redes sociais, por exemplo, em que a questão dos apelidos se dá de outra forma, visto que muitas vezes o próprio usuário cria um apelido para criar uma conta.

Bibliografia

AGUSTINI, Carmen L. H. (1999) **Dobras interdiscursivas**: o movimento do sujeito na construção enunciativa dos sentidos. 1999. 142p. Dissertação de mestrado – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas 1999

ALMEIDA, Gizela B. da M. & RIBEIRO, Súsia S. (2011) Bullying: que bicho é esse? **IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino**. Disponível em: <<http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/454-1139-1-SM.pdf>> Acesso em: 18 fev. 2012

ALTHUSSER, Louis (1969). **Aparelhos ideológicos de estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1998.

ARAÚJO, Juliana P. (2008) **“Bonitinho é um feio arrumado”**: questões discursivas para o aprendizado de português para falantes do espanhol. Monografia - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008

BAGNO, Marcos (2002) **O espelho dos nomes**. São Paulo: Editora Ática, 2002

BENVENISTE, Émile. (1966) **Problemas de Lingüística Geral I**. Tradução M. G Novak; M. L. Neri 4ª edição. Campinas: Pontes Editores 1995.

_____. (1974) **Problemas de Lingüística Geral II**. Tradução G Guimarães *et al.* 2ª edição. Campinas: Pontes Editores 2006.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine (1999). **Introdução à análise do discurso**. 2ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL: Lei nº 6.015, de 31 de Dezembro de 1973. Presidência da República. Casa Civil. Sub chefia para assuntos jurídicos.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6015.htm#art50>

Acesso em 16 mai 2011.

BROWN, D. *at all* (1985) **Umbanda e política**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985

CAMPANARIO, Vanessa. Nomes vão, apelidos ficam. **Viva a Favela**. 10 jun 2009
Disponível em:
<http://acervo.vivafavela.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=71&sid=87&infoid=46172>
Acesso em 09 jul 2011

CELANI, Maria A. A. (1998) Transdisciplinaridade na Lingüística Aplicada no Brasil. *In* SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. C. **Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

COLLIER, C & OLIVEIRA, T. “Só da City of God”. **Viva a Favela**. 17 jan 2003

Disponível em
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1461&sid=87&infoid=25681>
Acesso em 09 jul 2011

COLLIER, Carlos .Tempestade desarmada. **Viva a Favela**. 24 jan 2003
Disponível em
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1451&infoid=25832&sid=87>
Último acesso em 09 jul 2011

CONHEÇA a história de Fernandinho Beira-Mar. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro. 05 mar 2007
Disponível em <<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2007/03/01/294764762.asp?>>
Acesso em: 12 mar 2011

COSTA, Greciely Cristina. (2008) **Linguagens em funcionamento: sujeito e criminalidade**. 2008. 136p. Dissertação de mestrado - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2008.

COSTA, Valdeli C. (1983) **Umbanda**: Os “seres superiores” e os orixás/santos. Coleção “Fé e realidade” – XIII. Vol 2.1983

CUNHA, Lauro José da. (2008) O Processo discursivo de designação de pessoas: determinação histórico-social do nome próprio. *In*: BOLOGNINI, Carmen Zink (Org) **Discurso e ensino: a língua inglesa na escola**. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2008.

_____. (2006). **O Processo discursivo de designação de pessoas: determinação histórico-social do nome próprio**. Tese de doutorado - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006

DUCROT, Oswald (1980) **O dizer e o Dito**.Campinas: Pontes, 1987.

FABRÍCIO, Branca Falabella (2006). Lingüística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. *In* Moita Lopes, L. P. (org) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

FOUCAULT, Michel (1979). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2008

FRANCISCO, Marcos V. & LIBÓRIO, Renata M. C (2009). Um estudo sobre Bullying entre Escolares do Ensino Fundamental. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2009, Vol. 22, nº 2. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v22n2/a05v22n2.pdf>>
Acesso em 20 fev 2012

FREGE, G. (1978) **Lógica e Filosofia da Linguagem**; seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix:São Paulo, 1978.

FREUD, S. (1925) **A negativa**. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (ESB)*, Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX,

GADET, F; HAK, T (org) (1969) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani ... [et al.]. Campinas: Ed Unicamp, 1990

GENTILI, Danilo. (2009) **Como se tornar o pior aluno da escola**: manual completo, ilustrado, revisado e não recomendado para estudantes. São Paulo: Panda Books, 2009.

GINZBURG, CARLO. (1989) Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In: ____ **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

GRIGOLETTO, Evandra. (2005) Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições sujeito. **II Sead – Seminário de Estudos em Análise de Discurso UFRGS**. Disponível em <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/sujeito/evandra.pdf>> Acesso em: 20 fev. 2012

GUIMARÃES, Eduardo (2002). **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2ª edição Campinas: Pontes, 2005.

_____. (1995). **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. 3ª Ed. Campinas: Pontes, 2005

_____. (2004) **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas: Pontes.

HASHIGUTI, Simone (2008) **Corpo e memória**. 2008. 136 p. Tese de doutorado - Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas 2008.

HIERARQUIA dos Exus. (2011) Disponível em <<http://caminhosabertos.blogspot.com.br/2011/07/hierarquia-dos-exus.html>> Acesso em 17 mar 2012

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Entrevista a Paulo Lins Disponível em <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/?p=712>> Acesso em: 22 ago 2011

HOMERO, Carlos C. V. Discussão 40 graus. **Viva a Favela**. 12 fev 2011 Disponível em: <http://acervo.vivafavela.com.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1421&sid=87&infoid=26109> Acesso em 09 jul 2011

HUGHES, John. (1983) **A filosofia da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983

LAGAZZI, Suzy (1988) **O desafio de dizer não**. Campinas: Pontes, 1988

LAGAZZI, Suzy (2009) O recorte significante na memória. In Indursky, F; Ferreira, M. C. F.; Mittman, S. **O discurso na Contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Editora Clara Luz. 2009

LARA, D. & OLIVEIRA, T. “O filme da memória”. Viva a Favela. 02 fev 2006
Disponível em:
<http://novo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=436&sid=87&infoid=43355>
Acesso em 09 jul 2011

LARA, Dayse. Polêmica ainda em cartaz. **Viva a Favela**. 21 out 2003
Disponível em:
http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1131&sid=87&infoid=30524
Acesso em 09 jul 2011

LINS, Paulo. (1997) **Cidade de Deus**. 1ª ed. São Paulo: Companhia da Letras.

_____. (1997) **Cidade de Deus**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. (1997) **Cidade de Deus**. Edição comemorativa de 10 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Bill gritou na hora certa **Viva a Favela**. 12 fev 2003
Disponível em:
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1426&sid=87&infoid=26177>
Acesso em: 09 jul 2011

_____. Dos perigos do sucesso. **Viva a Favela**. 12 fev 2003
Disponível em:
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1426&sid=87&infoid=26173>
Acesso em 09 jul 2011

_____. Estamos fuera. **Viva a Favela**. 13 fev 2003
Disponível em:
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1421&sid=87&infoid=26194>
Acesso em 09 jul 2011

_____. Fôlego no fim. **Viva a Favela**. 14 fev 2003
Disponível em
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1416&sid=87&infoid=26249>

Acesso em 09/07/2011

_____. Silêncio quebrado. **Viva a Favela**. 07 fev 2003

Disponível em:

<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1436&infoid=26084&sid=87>

Acesso em 09 jul 2011

MANTOVANI, Bráulio. **Cidade de Deus** – o roteiro do filme. Disponível em:

<<http://www.roteirodecinema.com.br/roteiros/cidadedededeus.htm>>

Acesso em: 13 fev 2011

MAIOR, Mário Souto. **Dicionário do palavrão e termos afins**. Rio de Janeiro: Record, 1990. Disponível em: <<http://bvmsm.fgf.org.br/obra/livros/020501-00013-002-introducao.pdf>>

Acesso em 15 mar 2012

MEIRELLES, Fernando. Fernando Meirelles responde. **Viva a Favela** 12 fev 2003

Disponível em:

<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1421&sid=87&infoid=26190>

Acesso em 09 jul 2011

MONTEIRO, Marcelo. Cidade da mudança. **Viva a Favela**. 10 fev 2003

Disponível em:

<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1431&sid=87&infoid=26107>

Acesso em 09 jul 2011

MV BILL A bomba vai explodir. In: **Viva a Favela**. 20 jan 2003. Disponível em:

<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1461&sid=87&infoid=25740>

Acesso em: 09 jul 2011

OLIVEIRA, Alam Carioca tem porra na boca. 2009

Disponível em <<http://revolucao29.blogspot.com/2009/05/carioca-tem-porra-na-boca.html>>

Acesso em 15 mar 2012

ORLANDI, Eni P. (1999). **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7ª edição. Campinas: Ed. Pontes, 2007.

ORLANDI, Eni P. (1996). **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas: Ed Pontes, 2007

PÊCHEUX, Michel. (1975). **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Ed Unicamp, 2008.

_____. (1988). **O Discurso - estrutura ou acontecimento**. Tradução. de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 1988.

PENNYCOOK, Alastair (1998). A Lingüística Aplicada nos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In SIGNORINI, I & CAVALCANTI, M. C. **Lingüística Aplicada e transdisciplinaridade**: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras.

RAJAGOPALAN, Kanavillil (2006) Repensar o papel da lingüística aplicada. In Moita Lopes, L. P. (org) **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RAMALHO, C & LARA, D. Fominhas de tela. **Viva a Favela**. 21 jan 2003
Disponível em:
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1456&inford=25682&sid=87>

Acesso em 09 jul 2011

RAMALHO, Cristiane. Dívida zerada. **Viva a Favela**. 03 fev 2005
Disponível em:
<http://novo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=87&from_info_index=586&inford=39117>

Acesso em 09/07/2011

RAMOS, Maurício. Horizonte promissor. **Viva a Favela**. 02 fev 2003
Disponível em:
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1441&inford=25979&sid=87>

Acesso em 09 jul 2011

REPORTAGEM de Capa. Como se faz um traficante: Até vestir a farda do Exército, Beira-Mar era apenas o bom filho de dona Zelina. **Revista Isto é**. Edição nº1626. 24 nov 2000. Disponível em:

<http://www.istoe.com.br/reportagens/43128_COMO+SE+FAZ+UM+TRAFICANTE?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>

Acesso: 15 mai 2011

SANTOS, Boaventura de Sousa (1987). **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamentos, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand (1916) **Curso de Lingüística Geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 2006

TAMBELLINI, Fabiana. Carta para Alba Zaluar. **Viva a Favela** 12 fev 2003
Disponível em:
<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1421&sid=87&inford=26191>

Acesso em 09 jul 2011

TRINDADE, Liana S.(1985). **Exu: poder e perigo**. São Paulo: Ícone Editora, 1985

TRINDADE, Liana S.(1979). **Exu: símbolo e função**. Col. Religião e Sociedade Brasileira. Vol. 2. FFLCH/USP-CER. 1979

ZALUAR, Alba (1985) **A máquina e a revolta**. 2ª Ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense. (2000)

_____. Ao perdedor, as cenouras. In: **Viva a Favela**. 17 fev. 2003.
Disponível
em:<http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1416&sid=87&infoid=26257>
Acesso em: 09 jul 2011

_____. Em nome da ética. **Viva a Favela**. 07 fev 2003
Disponível em:
http://acervo.vivafavela.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=1436&sid=87&infoid=26088
Acesso em 09 jul 2011

Anexo 2 – Tabela lugar social, lugar discursivo e posição-sujeito

